NOVELLAE OLIVARUM

ANO XV NÚMERO 146 NOVEMBRO 1957

ANO LITÚRGICO, ANO DE VIDA — F. Micael 281

FILOSOFIA CRISTÃ E FILOSOFIAS CONTEMPORÂNEAS — P. Honorato Rosa 283

EXPANSÃO DA ACÇÃO CATÓLICA NO PATRIARCADO — P. Manuel F. Falcão 289

CELEBRAÇÃO LITÚRGICA DO MATRIMÓNIO — Paróquia de Belém 298

PELA IMPRENSA ESTRANGEIRA 304

CRÓNICA 310

BIBLIOGRAFIA 312

Casa Peyroteo

Artigos de 1.ª qualidade

para

Todos os Desportos

SOCIDEL—Soc. Com. de Artigos de Desporto L.da

Rua Nova do Almada, 52

LISBOA

Sociedade Industrial Metalúrgica

S. A. R. L.

SERRALHARIAS

Rua de S. Tiago, 13 — LISBOA



ÓRGÃOS PARA MÚSICA SACRA

WURLITZER ORGAN

O órgão aprovado pelo

Vaticano

CASA RUVINA

Rua Formosa, 173 — PORTO

NOVELLAE OLIVARUM

Director — JOÃO RODRIGUES
Redactores — HELDER VERÍSSIMO FRANCO — MÁRIO FERREIRA BACALHAU
Administradores — CARLOS ALBERTO SIMÃO — ANTÓNIO HENRIQUE OLIVEIRA
Proprietário e editor — ANTÓNIO DE JESUS ESCUDEIRO

REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI — OLIVAIS
COM A APROVAÇÃO DA AUTORIDADE ECLESIÁSTICA

Composição e impressão na Gráfica de Gouveia, Ld.ª — Gouveia — Telef. 174



Piloto Mestre John Mattis um dos capitães de Clippers que ultrapassaram 500 travessias do Atlântico.

Norman Rockwell

Um olhar que alcança todo o mundo

A experiência reflecte-se no olhar de todos os pilotos dos Clippers.* Ano após ano, sobre os Sete Mares, através dos Sete Céus, esses olhos estudam a atmosfera.
É o olhar do piloto que inspira confiança. E, por isso, maior número de pessoas escolhe a Pan American para voar para qualquer parte do Mundo.
Em cada cabine de voo há sempre três pilotos experimentados em vôos transoceânicos, treinados pelos mais rígidos e exigentes princípios.
Nos céus ou em terra, são estes os que tornam realizável o serviço aéreo mais rápido e de maior frequência para os Estados Unidos ou para qualquer dos 81 Países que formam o nosso sistema mundial — mais de 600 escritórios espalhados por todo o Mundo.
Lembre-se que, quando voar na Pan American, utiliza a única linha aérea com mais de 60.000 travessias transatlânticas.

* Marca registada da Pan American World Airways, Inc.



Dirija-se ao seu
AGENTE DE VIAGENS
ou à Pan American World Airways, Inc.
Praça dos Restauradores, 46 — Lisboa
Telef. P. P. C. A. 32181 (8 linhas)

PAA

A LINHA AÉREA DE MAIOR EXPERIÊNCIA
— SERVE PORTUGAL HÁ 19 ANOS

PAN AMERICAN





FUNDADA EM 1756

"Genáculo"

VINHO PARA MISSA

Com a aprovação de S. Ex.ª Rev.ma o Snr. Bispo do Porto

REAL COMPANHIA VELHA

PORTO

Rua das Flores, 69

LISBOA

Praça dos Restauradores, 14

JÚLIO GOMES FERREIRA & C.A, L.DA

A casa mais antiga do País no seu género - **Fundada em 1832** - Rua da Vitória, 82-88 — Rua do Ouro, 166-170

Lustres, Lanternas, Placas, Castiçais, Lâmpadas, Suspensões, Banheiras, Caldeiras, Esquentadores, Fogões de cozinha

Instalações sanitárias, Casas de banho, Pára-raios, Aquecimento central, Ascensores, Ventilação, Eléctricas, Contra incêndios, Telefone, Todos os trabalhos em latão e ferro forjado

ARTIGOS RELIGIOSOS

PARA REVENDA E PROPAGANDA

Casa de S. José-Porto

(FUNDADA EM 1896)

168, RUA DAS FLORES, 170

TELEFONE: 22886

Visitai esta casa, apreciai o seu sortido e confrontai os seus preços!

Descontos especiais para as Missões Católicas

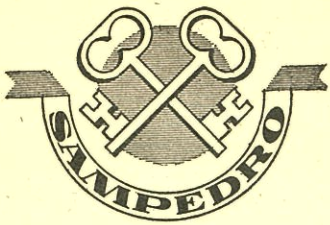
RUA INFANTE D. HENRIQUE
PORTO

ROSSIO, 93-2.º
LISBOA

FERREIRINHA

VINHO PARA MISSAS

Preparado conforme norma canónica e com a aprovação de Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo do Porto



M. d'Oliveira & Marques, L.da

Praça dos Restauradores, 13

TELEF. 30876 – 36972 – LISBOA

SECÇÃO DOS TECIDOS PRETOS R.M.

Tecidos para o Rev.º Clero e seminaristas.

◆

Elasticotines — Sarjas — Tropicais — Casemiras — Merinos Sobretudos

◆

Alfaiataria—Capas—Gabardines

◆

Condições especiais para Finalistas

SECÇÃO DE LIVRARIA

Livros estrangeiros - Edições próprias

◆

Revistas estrangeiras: Lumen Vitae Foyer Notre Dame—Famille et College—Ecclesia—Panorama Cretien, etc.

◆

Filmes fixos e de movimento: (Catequese—ensino—diversão)

◆

Máquina de escrever «Antares Micron»

◆

Máquinas de Projecção

Cem anos!

VELAS DE CARDIGOS

J. d'Oliveira Tavares, Filhos

Telef. 5 B. Baixa-CARDIGOS

Primeiros fabricantes das velas de Cardigos cujas fábricas foram fundadas em 1850!

Casa antiquíssima preferida pelo Ex.mo clero do Continente, Ilhas e Províncias Ultramarinas

Premiada em 7 exposições 4 estrangeiras e 3 nacionais

IMAGENS

E CENAS RELIGIOSAS

EM PAINÉIS

DE AZULEJO

Lambris para Igrejas

Fábrica Aleluia

AVEIRO

ANO LITÚRGICO, ANO DE VIDA

Vai começar o novo Ano Litúrgico, o que significa que a Igreja vai começar mais um ano da sua vida.

O Ano Litúrgico, não se limita a ser um mero ciclo de celebrações mais ou menos desligadas da restante vida da Igreja. É que a Igreja toda, constitui um só «Corpo». Dissociar a celebração litúrgica, das outras acções vitais da Igreja, ou até da vida dos cristãos, é atentar contra a unidade orgânica e vital deste «Corpo». Havendo nele uma só «Cabeça» e uma só «Alma», nele há também uma só vida, a vida divina que vai assumindo a nossa vida humana.

Talvez o erro de relegarmos a vida litúrgica para um plano à parte, ainda que principal, tenha nascido do facto de nos ser difícil realizar o conceito de Corpo Místico. Habituámo-nos demasiadamente a pensar num Deus estático, transcendente, num Deus de certos filósofos, que nos deixa mais ou menos reduzidos a mantermos com Ele relações protocolares.

Todavia, com a Revelação do Antigo Testamento, iniciou-se na História um facto que não pode ser ignorado: Deus estabelece relações pessoais *com um povo. O Novo Testamento foi mais além e ensinou-nos que Deus é nosso* Pai *e que nos enviou o Seu Primogénito. Desde então, passámos das relações meramente pessoais, ao amor de um filho para com seu Pai. E o filho, naturalmente, tem de falar com o Pai.*

A necessidade de exprimirmos este amor, ganhou novo sentido, porque, com toda a nossa vida, fomos inseridos pelo Filho e no Amor do Espírito Santo, na participação da vida trinitária. O Espírito Santo, em plenitude de amor, tende a produzir em nós uma expressão total, de todo o nosso ser; faz nascer em nós uma «Palavra»...

É sabido que a mais perfeita expressão nossa para com Deus, é a da celebração eucarística, porque nela somos oferecidos com Cristo, Palavra de Deus Incarnada. Por isso ela resume toda a liturgia e mesmo toda a nossa vida. Cristo, Palavra de Deus, faz-se nossa Palavra, unindo-nos ao Seu Sacrifício.

A Liturgia é uma expressão comunitária do Corpo Místico. Por ela a Igreja fala ao Pai, mediante Cristo, no Espírito Santo. Mas a Igreja que fala a Deus, é o mesmo «Corpo» que tem outras acções vitais. E todas elas se unificam na vitalidade de um todo orgânico.

Importa pensar no valor de qualquer expressão saída dos nossos lábios de homens, ou da boca de uma sociedade. A expressão só tem sentido enquanto é sincera, enquanto reflecte a realidade de uma vida íntima.

Também à expressão litúrgica deve corresponder uma vida para além da Liturgia, ou por entre as palavras, toda a vida.

Assim já se compreende que o ritmo expressivo do Ano Litúrgico seja o ritmo da vida da Igreja, expresso em Liturgia. *É o ritmo da Igreja vivendo a História da Salvação, em todo o seu dia a dia. É este ciclo vital que se repete todos os anos e nos leva na sua força, a viver a mesma vida de Cristo.*

A função primária do Ano Litúrgico, mais do que ensinar-nos *o Mistério de Cristo, é a de* inserir *toda a nossa vida, nesse Mistério. Mais do que expressão didáctica, é expressão comunitária da nossa vida. Acima de tudo, não é a Igreja que nos fala a nós, mas sim nós que* em Igreja, *falamos a Deus.*

Por isso, em cada um de nós, membros deste «Corpo», toda a nossa vida se há de ritmar pela da Igreja. O Ano Litúrgico e as celebrações Litúrgicas têm de ser expressões muito sinceras duma realidade: a vida em nós do «Homem Novo». Será esta a «Palavra» que diremos a Deus, no ano que agora vai começar. Viveremos de novo a vida da Palavra de Deus Incarnado.

FERNANDO MICAEL

FILOSOFIA CRISTÃ E FILOSOFIAS CONTEMPORÂNEAS

1. O cristão adere, pela «Fé», a um conjunto de verdades divinamente reveladas, muitas das quais intrinsecamente incompreensíveis para ele, cuja garantia de valor é o testemunho de Deus, e realiza, com o auxílio da Graça, o programa de vida que lhe marca o Evangelho.

Na dupla linha do pensamento e da acção, a vida cristã ultrapassa todas as possibilidades e exigências da natureza; desta forma, ela não é o termo dum puro e nobre esforço humano de perfeição, é um «dom» de Deus.

2. No entanto, tornado cristão, não deixa o homem de ser homem; englobada na economia da Graça, a natureza humana permanece ela própria, com tudo o que a constitui e a caracteriza, com as suas faculdades e os seus valores.

Ora, como já tinha notado Séneca, «curiosum dedit nobis natura ingenium», na mais profunda estrutura do nosso ser enraíza, fundamental e irreprimível, a «intenção» metafísica: a de procurar, em aturada reflexão, o fundamento último, a significação íntima, o valor radical das coisas e, em particular, do homem — «julgar que a vida merece, ou não, a pena de viver-se é responder à questão fundamental da filosofia» (A. Camus).

Esta «intenção» original é a perpétua nascente da filosofia e, em razão dela, do «pensamento pensante» como diria Blondel, elabora a inteligência humana, sobre os dados da experiência, as sistematizações de conhecimentos tendentes à elucidação das coisas pelas suas razões fundamentais.

3. Temos, assim, no espírito do homem culto e cristão, um conjunto de verdades que lhe chegam por revelação de Deus e ensino da Igreja, às quais adere pela Fé, e um corpo de doutrina constituido racionalmente mediante o exame da realidade nos seus fundamentos.

Na pessoa do crente, que relação estabelecer entre uns e outros dados? Mútua nocividade que obrigue, por fim, à renúncia a uns deles? Coexistência em compartimentos estanques? Fecundação dos dados racionais pelas achegas da Fé?

Está posto o problema que vai ocupar-nos.

4. Na forma das interrogações precedentes deixei esquematizadas as diferentes atitudes ante o problema das relações da Fé com o saber filosófico.

Antes de mais, uma atitude de negação, a traduzir-se em duas teses opostas e extremistas:

1.ª) A Fé basta à inteligência do homem que encontra satisfeitas na Revelação todas as suas exigências; a procura de um saber racional só pode ser-lhe de prejuízo.

Pensa-se que a Fé exige o sacrifício da Razão; a filosofia aparece como «ars diaboli».

É esta uma tese-polo a que tenderiam as conhecidas afirmações de um S. Pedro Damião, mais recuadamente as de Tertuliano e ainda certas tímidas formas de pensar de católicos do sec. passado e até do nosso tempo...

2.ª) Todo o saber é obra da Razão; a Fé é uma atitude, não uma sabedoria: ela não tem conteúdo intelectual, quando muito terá sido «um símbolo provisório da verdadeira filosofia».

É a tese de Hegel que Brunschvicg retomou na conhecida equação: «Philosophie pure égale réligion pure, la révélation positive n'étant qu'une éffabulation symbolique de réalités purement rationelles». Tese de que Emílio Bréhier se fez defensor na famosa contenda a propósito da «filosofia cristã». Sustentou o ilustre historiador que uma «filosofia cristã» não teve qualquer existência histórica e que, doutrinalmente, a expressão é vazia de significado, já porque a Fé não tem conteúdo intelectual, já porque, no caso de o ter, a filosofia se veria obrigada a ignorá-lo para ser filosofia, dado que a razão, submetida à Fé, perderia a autonomia sem a qual não há filosofia pròpriamente dita.

«Teologismo» e «Racionalismo» não resolvem o problema, simplesmente lhe negam os dados: aniquilamento da razão para triunfo da Fé, supressão da intelectualidade da Fé em nome da autonomia da razão.

A exposição que se irá fazendo patenteará, creio, a inaceitabilidade destas teses extremistas, a que não deixo, no entanto, de fazer breve crítica:

O «Teologismo» esquece que o Cristianismo eleva o homem, não o destrói nem mutila. Ora é justamente a razão a faculdade distintiva do homem. Desconhece que certas verdades, as respeitantes por exemplo à epistemologia e à Crítica das ciências, só por via filosófica nos são acessíveis — e toda a verdade é preciosa. Menospreza o dever cristão de procurar-se uma certa «inteligência» da Fé para a qual é indispensável, como disciplina auxiliar, a filosofia. Não se dá conta de que é utilíssimo para os cristãos poderem encontrar-se com os descrentes em terreno comum, o da razão, e de que eles faltariam ao seu múnus se negligenciassem favorecer a adesão à verdade revelada, estabelecendo sòlidamente e definindo com precisão o sistema das verdades naturais que constituem preparação humana para a Fé.

A primeira objecção do «Racionalismo», a saber, que a Fé é estranha, por essência, à ordem da intelectualidade, procuro responder imediatamente.

O apurado senso crítico e a cuidadosa atenção ao real, quais os exige a Metafísica, desenvolvem no pensador o sentido do mistério. Justamente se entrega a Filosofia a delimitar, no campo do ser, as vastíssimas para nós misteriosas regiões: a de Deus, a do homem e seu destino, a da tremenda questão do mal... A própria razão nos leva a compreender porque nos é inevitável o mistério: o homem a si mesmo aparece como finito e, se chega a dar-se conta da existência do Infinito, fácil lhe é ver que o Infinito, na sua íntima realidade, escapa às limitadas forças cognitivas do espírito humano. E, dado que Deus é para nós insondável mistério, tudo aquilo em que, de algum modo, esteja envolvida a Acção divina, misterioso nos será também necessàriamente, pelo menos em parte.

Em que vã suficiência humana poderia apoiar-se o «Racionalismo» para negar a possibilidade duma divina Revelação que projecte claridade sobre estas para nós obscuras regiões?

E o facto é que històricamente a revelação se deu, comportando, por um lado, verdades que ultrapassam o poder de penetração da inteligência humana (vg. dogmas da Trindade, da Encarnação, da Eucaristia...) e, por outro, verdades de que a nossa inteligência pode, pelas suas simples forças, atingir o valor intrínseco.

É ao assentimento da inteligência, prestado livremente sob moção da Graça, a umas e outras das verdades reveladas que se chama «Fé». E, assim, «comunhão obscura do homem no conhecimento infinitamente luminoso que Deus tem de Si mesmo» (Maritain), a Fé situa-se na ordem intelectual, na linha do saber; é atitude, mas é também doutrina.

A segunda objecção do «Racionalismo», sobre a impossibilidade da autonomia da razão quando aceite a Fé, terei ocasião de responder adiante.

5. Agulhemos agora a nossa atenção na linha dos pensadores que aceitam os dados do problema.

Referir-me-ei primeiro a certos neo-escolásticos que rejeitam a designação de «filosofia cristã» dada ao Tomismo.

Entendem-na descabida, porquanto uma filosofia se funda exclusivamente sobre a razão humana, devendo a verdade à evidência dos seus princípios e à exactidão das suas deduções. Se for verdadeira, e, a não o ser, só imerecidamente lhe chamarão filosofia, estará necessàriamente de acordo com a Revelação, porque a verdade não contradiz a verdade.

A Fé cristã não exerce, pensam, não exerceu influência alguma positiva e intrínseca sobre a filosofia. Pode tão só falar-se de uma influência extrínseca e negativa, no sentido de que a fé aponta ao crente-filósofo como teses a rejeitar todas as que implicariam a negação de verdades reveladas ou suficientemente estabelecidas em Teologia: isto porque, sendo a revelação verdadeira, não pode a filosofia, sem cair em erro, por-se em contradição com ela, dado que um mesmo juízo não pode ter-se, simultâneamente, como verdadeiro em Filosofia e falso em Teologia.

Tese que, demasiadamente simplista, esquece que não há no espírito muros de separação, compartimentos estanques.

6. Deverá, pois, falar-se de uma real influência, positiva e intrínseca, sobre a reflexão filosófica, influência que justificaria o apelativo de «cristã» para a filosofia que a tivesse sofrido?

A resposta foi Gilson buscá-la ao campo da História, em que é mestre insigne. E pôde averiguar que, indiscutivelmente, a Fé cristã exerceu na constituição de certas filosofias uma função que pode ser observada e reconhecida. Leia-se sobretudo o seu grande livro «L'Esprit de la Philosophie médiévale». Idêntica verificação regista o P. Sertillanges no seu trabalho «Le Christianisme et les Philosophies».

Era, aliás, de esperar que assim tivesse acontecido. Nenhuma filosofia é independente da personalidade que a concebe, do meio em que nasce; cada sistema traz a marca da sua época e é função da cultura em que desabrocha.

Isto porque a reflexão filosófica arranca de uma experiência pessoal que varia de homem para homem e pode apresentar, de uma época para outra, diferenças consideráveis. Se cada filósofo retoma os problemas eternos, fá-lo a partir de uma situação histórica de que tem consciência e em ordem à qual toma posição. Quando dis-

tinguimos a filosofia em medieval e moderna, em francesa, alemã, inglesa — deverei dizer também «portuguesa»? — estas denominações visam mais do que uma indicação acessória de tempo e de lugar, referem-se a diferenças profundas de concepção ligadas a diversidades de sensibilidade espiritual. Nem todos são, da mesma forma, sensíveis aos mesmos valores. Em certas épocas acentuam-se aspectos da vida que revelam valores antes apenas entrevistos. O desenvolvimento da vida artística, moral, religiosa, as reivindicações de certas classes sociais são disto exemplo.

Ora a Fé cristã penetrou a vida, tanto pessoal como social, de imenso número de crentes. E na experiência cristã avultam valores numerosos e inestimáveis suficientemente, como: a unicidade e transcendência de Deus, a que correspondem a unidade e a contingência da criação; o insigne valor de cada pessoa humana, livre e indestrutível e, por outro lado, a unidade da espécie humana, com a solidariedade moral e religiosa de todos os homens; a bondade profunda de qualquer realidade, não obstante uma hierarquia de valores que assegura a superioridade dos bens do espírito sobre os da matéria; a ascensão contínua do homem para um fim pessoal que se encontra na Perfeição inesgotável da Divindade, e a imensa envergadura da actividade humana cuja caridade se estende à humanidade inteira, e cujo interesse se dirige a tudo o que a Natureza contém, segundo linda e profunda enumeração do Prof. Raeymaeker.

Sem dúvida, o crente admite que a experiência cristã pertence, como foi dito já, à ordem sobrenatural. Mas porque aflora à inteligência, revela um mundo de coisas e de valores que normalmente vão alimentar e orientar a reflexão filosófica.

E porque não chamar «cristã» àquela filosofia que, permanecendo verdadeiramente uma filosofia, quero dizer, que atendo-se escrupulosamente a uma técnica natural, evitando apelar para qualquer dado de Fé, arranque dessa experiência, num clima de certeza e de inquietação que seriam impossíveis sem ela?

Jacques Maritain elucidou admiràvelmente o problema no seu pequeno livro «De la Philosophie Chrétienne» e caracterizou devidamente a filosofia que se instala ou nasce no espírito de um crente dizendo que «ela não muda de natureza, mas de estado». O que vem a significar que, encarada em si mesma, em sua estrutura ou essência, a filosofia não é cristã nem pagã, é simplesmente a filosofia, o «perfectum opus rationis» de que nos fala S. Tomás, independente da Fé no seu objecto e nos seus princípios e nos seus métodos.

Mas considerada em si mesma a filosofia é uma abstracção! Desde que se fala de filosofia em concreto, portanto da maneira como o sujeito humano filosofa e, consequentemente, das diversas filosofias criadas no movimento concreto da História, então intervêm as condições existenciais, o «estado».

Noto, de passagem, que tal distinção entre «natureza» e «estado», entre essência de um saber e a situação existencial de quem no cria, não tem sentido quanto às ciências pròpriamente ditas: trata-se nelas de um saber inteiramente desindividualizado, impessoal, puramente objectivo.

Na Filosofia, ao contrário, a situação existencial é de importância nunca demasiadamente acentuada: é que, como observa Marcel, na esteira, aliás, de Platão, de S. Agostinho, de Pascal, de Newman, «on ne peut philosopher authentiquement qu'avec tout soi-même». Para nele ter o seu desenvolvimento normal a filosofia exige do indi-

víduo muita rectificação, ascese cuidada não apenas de inteligência, como também de sentimento e vida.

O «estado» cristão da Filosofia, caracteriza-o Maritain por um reforço, objectivo e subjectivo, que o exercício concreto da vida de Fé assegura ao filósofo cristão em sua própria actividade filosófica.

Do ponto de vista objectivo, o conteúdo do dogma faz que realidades, de si pertencentes ao puro domínio da filosofia mas que de facto haviam ficado antes da Revelação na obscuridade ou em regiões de sombra e miragem, sejam trazidas a plena luz de modo que as perspectivas se transfigurem e as coisas tomam aspectos novos. É o caso de noções tão importantes como as de Criação, de Natureza, de Pessoa e a de pecado como ofensa a Alguém.

Por outro lado a Revelação confirma certezas que permaneciam hesitantes como vg. o valor da Razão.

Do ponto de vista subjectivo, o exercício concreto da vida de Fé reforça a vitalidade da inteligência e o seu equilíbrio: torna-a mais capaz de pensar porque pensa com mais firmeza e confiança na verdade, com prudência maior, liberta do orgulho como da futilidade; desenvolve nela uma serenidade que a preserva de caprichos, entusiasmos ou desânimos fáceis; acentua, de forma mais ou menos consciente, o sentido da verdade, do Absoluto.

7. O Cristianismo influenciou profundamente a filosofia: conclusão de Gilson; essa influência não modifica a natureza da filosofia, mas modifica as condições do trabalho filosófico: elucidação de Maritain.

Como se concebe, como é possível que a Revelação do sobrenatural venha favorecer o jogo normal da razão, de sorte que a razão iluminada pela Fé funcione melhor como razão?

Verificando que a natureza humana não é algo de fechado sobre si, antes em seu próprio dinamismo se abre ao Transcendente. Se a filosofia mostra numa análise escrupulosamente exaustiva do real que o homem é o ser estranho a quem não basta o natural, que há nele um apelo de origem misteriosa para mais além, então, pelo simples facto de se traçar a si própria os limites e confessar a sua insuficiência, a filosofia sem mais, qualquer filosofia verdadeira, pode dizer-se «naturalmente cristã» no mesmo sentido em que Tertuliano assim denominava a alma humana em demanda de Infinito.

Toda a filosofia verdadeira é filosofia da insuficiência do homem. A mostrá-lo com impressionante nitidez tendeu todo o esforço filosófico de Blondel. E não poderia dizer-se o mesmo de Chesterton, do admirável Chesterton da «Ortodoxia»?

O próprio Gilson, falando do seu livro «L'Être et l'Essence», nos dá conta de que a impressão clara que se desprende dele é a de que o pensamento filosófico desemboca sempre na espera de uma luz mais alta:

«J'y ai examiné bien de doctrines très différentes les unes des autres; et ce qui m'a toujours frappé, c'est que leur effort tend à expliquer le monde intégralement d'une façon rationelle et qu'il aboutit toujours à poser comme principe premier quelque chose qui est mysterieuse à la raison».

Toda a filosofia se termina numa espécie de desejo de ar, por um convite a procurar para além da inteligibilidade a própria razão da inteligibilidade. Não

pode dizer-se que isto exija a Fé; mas pode afirmar-se que isto constitui uma espécie de expectativa gratuita que a Fé vem cumular.

Em conclusão:

1) A «Filosofia cristã» não é uma determinada doutrina. O Cristianismo transcende todas as filosofias. Se há, por certo, filosofias que não são compatíveis com ele, falsas portanto e rejeitadas necessàriamente por todos os filósofos cristãos, nenhuma é, nem pode ser, por ele imposta. A unidade que a Fé traz às coisas que não são do seu domínio próprio é «unidade de inspiração», não «unidade de realização objectiva».

2) O que fundamentalmente importa no tocante a uma filosofia não é que ela tenha sido elaborada por cristão ou, ao menos, em regime cristão; é que ela seja verdadeira. A sê-lo, de certo modo predispõe para o Cristianismo.

3) Dadas as relações íntimas entre Fé e Filosofia, a Igreja, enquanto conservadora e defensora do depósito sagrado da Revelação, não pode desinteressar-se da marcha da Filosofia.

Isto me leva à 2.ª parte do trabalho que me propus: as Filosofias contemporâneas vistas do lado da Fé, que o mesmo é dizer do lado da Igreja.

(Continua)

P. HONORATO ROSA

EXPANSÃO DA ACÇÃO CATÓLICA NO PATRIARCADO

Ao apresentar uma análise estatística da situação presente da Acção Católica Portuguesa no Patriarcado, não pretendemos tirar mais conclusões do que aquelas que os números permitem. Já o título que encima estas linhas sugere que as informações e as reflexões que elas contêm são mais de ordem quantitativa do que qualitativa. No entanto, uma leitura cuidadosa das estatísticas permite sempre uma certa penetração no domínio da qualidade, sobretudo quando é possível fazer comparações válidas. Daí o termo-nos permitido fazer algumas considerações que transcendem o carácter meramente numérico.

NÚMEROS GLOBAIS

No Patriarcado, em meados deste ano, à data do exame dos ficheiros que está na base deste estudo, havia 531 Secções ou Comissões Organizadoras oficializadas dos vinte organismos especializados da A. C. P. Nessas Secções estavam inscritos oficialmente 16.943 associados (1).

Que nos dizem estes números?

Se atendermos a que a existência de uma Secção implica uma Direcção e portanto um escol militante, podemos dizer que o Patriarcado já conta com um escol apreciável de católicos de acção. Por outro lado, a existência de cerca de 17.000 associados, mesmo admitindo que a maioria seja de escasso valor apostólico, é índice de trabalho frutuoso.

No entanto o valor relativo destes números é mais elucidativo do que a sua mera apresentação. Importa comparar estes números com outros para se ficar com ideia do que eles representam de facto como manifestação de vida.

Comparemo-los em primeiro lugar com os números que traduzem a vastidão do campo de apostolado que é o Patriarcado inteiro.

São 531 as Secções existentes. Destas são de base paroquial (Organismos agrários, operários e independentes) 467 e de base não paroquial (Organismos escolares e universitários) as restantes 74. Não quer isto, porém, dizer que haja 467 paróquias com A. C. Nem tão pouco chegam a esse número as freguesias do Patriarcado. Há muitas paróquias com 2, 3, e até 8 Secções, pelo que o úmero total de paróquias onde há ao menos uma Secção é, infelizmente, muito diminuto: 166. Como o número de

(1) Este número difere ligeiramente do apresentado no quadro estatístico das Dioceses porque foi apurado umas semanas antes.

paróquias do Patriarcado é de 335, concluímos que, em números redondos, metade das paróquias ainda não abriram as suas portas a este movimento providencial de restauração cristã. E já se não fala daquele ideal formulado, expressamente, por Pio XII de que em todas as paróquias, mesmo nas mais pequenas, se fundassem os quatro ramos da A. C.

Na cidade de Lisboa, onde o movimento está proporcionalmente mais desenvolvido, há ainda 11 paróquias (das 50 que tem) sem A. C. São paróquias, quase todas, sem condições de vida paroquial.

Fora da capital a percentagem de paróquias estranhas à A. C. sobe a 54 %.

Estes números esfriam um pouco o optimismo...

Evocam alguns dos grandes problemas do Patriarcado: a descristianização, a falta de clero... E fazem pensar que, também entre nós, há reflexos da incompreensão, para não dizer conflito, entre a Paróquia e a A. C. especializada.

Quanto ao número total dos associados, os 17.000 em comparação com os dois milhões bem medidos que traduzem a população actual do Patriarcado, não chegam à percentagem de 1 %... Fazendo as contas em relação à população maior de 15 anos, a percentagem fica nos 1,12 %.

Se todos fossem autênticos militantes, seria excelente percentagem. Mas como os autênticos militantes serão, quando muito, 10 % do total, podemos dizer que a proporção de um por mil é a expressão estatística da levedura evangélica que está a fermentar — no domínio do apostolado leigo oficial — a massa humana do Patriarcado de Lisboa.

COMPARAÇÃO COM AS OUTRAS DIOCESES

A comparação do Patriarcado com as outras dioceses do País tem que fazer-se com várias reservas. Em primeiro lugar deve observar-se que a população do Patriarcado é, de longe, superior à de qualquer delas, mesmo à do Porto. Os números brutos não são susceptíveis de comparação directa.

Seguidamente deve atender-se a que o Patriarcado conta-se entre as 5 ou 6 Dioceses mais descristianizadas de Portugal, onde a prática religiosa não chega a 20 %.

Finalmente, a inclusão da cidade de Lisboa dá-lhe características diferentes das outras dioceses.

Um índice que permita comparações é o da percentagem de associados relativamente à população global da diocese. Tomando-o como base, diremos que o Patriarcado está em 10.º lugar quanto à expansão bruta da A. C. Em primeiro lugar vem a arquidiocese de Braga e em último a de Beja.

O Patriarcado, em relação à população total tem cerca de metade de associados que tem Braga.

Porém, se fizermos a comparação das percentagens relativas à população praticante e não à população global, a ordem das dioceses viria muito alterada: o Patriarcado subiria para os primeiros lugares.

Quanto aos números absolutos de secções e associados, o Patriarcado, juntamente com Braga e Porto, ocupam os primeiros lugares como pode ver-se no quadro estatístico anexo a este estudo. O número de associados oscila nestas três dioceses por volta dos 17.000. Se atendermos a que o Patriarcado tem 351 padres diocesanos,

o Porto tem 656 e Braga 797, diremos que, em média, no Patriarcado, cada sacerdote tem de prestar assistência a 47 filiados, no Porto a 30 e em Braga a 21. Embora estas comparações sejam grosseiras, permitem dar uma ideia do esforço pastoral que está a dispender o clero de Lisboa.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA A. C. NO PATRIARCADO

Já ficou dito que cerca de metade das paróquias do Patriarcado ainda não se abriram à A. C. Em muitas outras ou mal entrou ou tem vegetado.

Sem procurar causas nem entrar em pormenores que suscitassem possíveis melindres, podemos observar o panorama da expansão da A. C. na diocese, examinando o cartograma que acompanha este estudo.

Nele se indicam a ponteado as paróquias sem nenhuma Secção da A. C.. Nas paróquias assinaladas com tracejado, a percentagem de associados em relação à população maior de 15 anos vai aumentando à medida que o tracejado é mais denso.

Podemos notar duas zonas de maior densidade de A. C. A primeira, em torno da Benedita, está compreendida dentro do triângulo Alcobaça, Caldas da Raínha e Rio Maior. A segunda é a das regiões de Torres Novas e Tomar.

Mais fragmentária, encontramos ainda uma faixa costeira que vai de Mafra à Lourinhã.

Estas três zonas coincidem aproximadamente com as de mais elevada prática dominical, conforme se pode ver no cartograma respectivo. Duma comparação mais atenta resulta que a região do oeste (Mafra e Lourinhã) é, proporcionalmente, a mais fraca das três e a do noroeste (Caldas a Alcobaça) não fica atrás da região do nordeste (Torres Novas e Tomar).

A cidade de Lisboa precisa de ser considerada à parte. Nela a A. C. acha-se relativamente mais desenvolvida do que no conjunto das Vigararias, devido certamente ao elevado número de Secções de base não paroquial. A linha de Cascais, mais do que a de Sintra, apresenta percentagem de associados semelhantes às de Lisboa.

Infelizmente, a Península de Setúbal, sobretudo na parte mais evoluida do norte, encontra-se quase completamente alheia à A. C. O facto é tanto mais grave quanto o progresso demográfico é grande e o meio operário que ali domina precisa de ser trabalhado pela A. C., sob pena de se perder totalmente para Cristo.

Todo o Ribatejo, com excepção da cidade de Santarém e de uma ou outra paróquia, encontra-se alheio à A. C. O panorama é, de facto, desolador, e vem confirmar os dados de sondagem à prática dominical.

Mais uma vez tem aqui lugar a reflexão de que estes fenómenos da prática ou da vitalidade religiosas duma população obedecem a uma certa ordem geográfica. As paróquias onde a A. C. se encontra mais desenvolvida encontram-se todas concentradas em 3 ou 4 zonas restritas. Não se verifica uma mistura mais ou menos homogénea de paróquias com e sem A. C., como se verificaria se a única explicação para a existência ou não existência do movimento numa paróquia fosse a ordem exclusivamente pessoal. Não é de admitir que, por simples coincidência ou por vontade livre do Prelado, todos os sacerdotes interessados pela A. C. fossem parar a essas 3 ou 4 zonas e os menos interessados às restantes.

São muito poucas as paróquias onde há uma massa associativa que se imponha pelo número. Embora mais valha a vitalidade do que a quantidade, esta é um índice pelo menos de interesse e simpatia. Apenas em 7 paróquias a percentagem dos associados em relação à população maior de 15 anos é superior a 5 %. Segundo os ficheiros, são: Benedita (10,5 %), Vimeiro de Alcobaça (8,8 %), Alcobertas (7,1 %), Vimeiro da Lourinhã (6,7 %), Carvalhal Benfesto (5,6 %), Moitas Venda (5,6 %) e Santo Isidro (5,5 %). Isto não quer dizer que não haja outras paróquias com uma A. C. porventura mais influente. Assim, se tomássemos como critério de vitalidade o número de Secções existentes e o predomínio dos organismos masculinos sobre os femininos, viria à frente, entre as paróquias não urbanas, Rio Maior com 5 Secções e homens e rapazes e 2 femininas.

A. C. DE HOMENS E DE MULHERES

Uma das verificações que a sondagem à assistência à Missa dominical no Patriarcado (Novembro de 1955) permitiu fazer foi a de que a percentagem de homens é muito baixa, não só em si mesma (9,5 %), mas em relação às das mulheres (19,2 %) e crianças (28,9 %).

Esta desproporção na prática religiosa reflecte-se naturalmente no diverso desenvolvimento das organizações masculinas e femininas da A. C.

No Patriarcado há 189 Secções de Organismos masculinos:

76 Secções da L. C.
113 Secções da J. C.

e 342 de Organismos femininos:

152 Secções da L. C. F.
190 Secções da J. C. F.

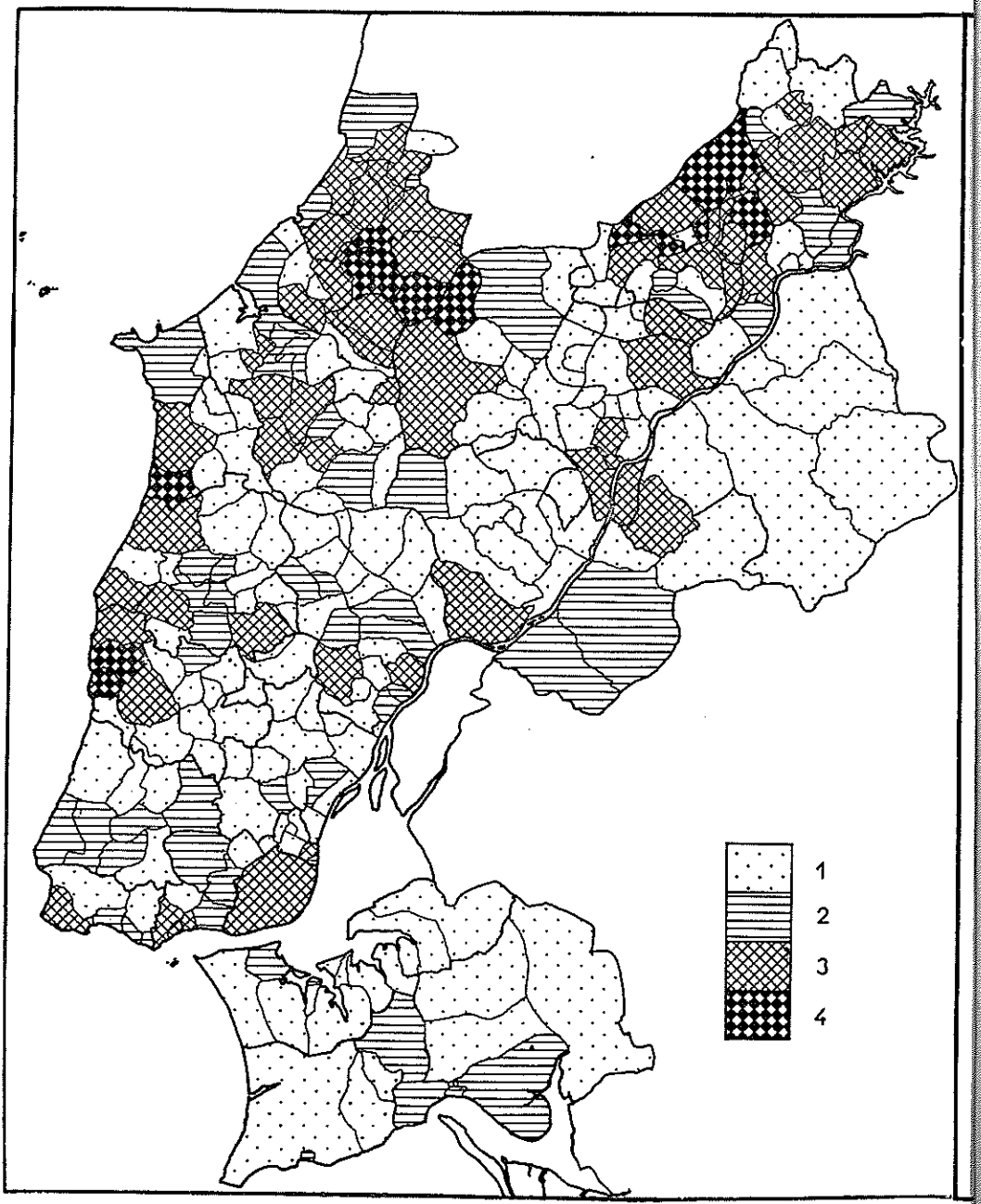
No que se refere ao número de associados, dos 17.000 inscritos, apenas 4.600 são homens ou rapazes, isto é, pouco mais de 1/4.

Esta proporção, embora superior à que se verifica no conjunto do País (onde baixa para 1/5), é muito baixa e deve fazer pensar. A religiosidade mais fácil do espírito feminino não explica tamanho desiquilíbrio. O problema merece ser estudado com cuidado e as questões de método de acção junto dos homens e rapazes revistas com lealdade e interesse.

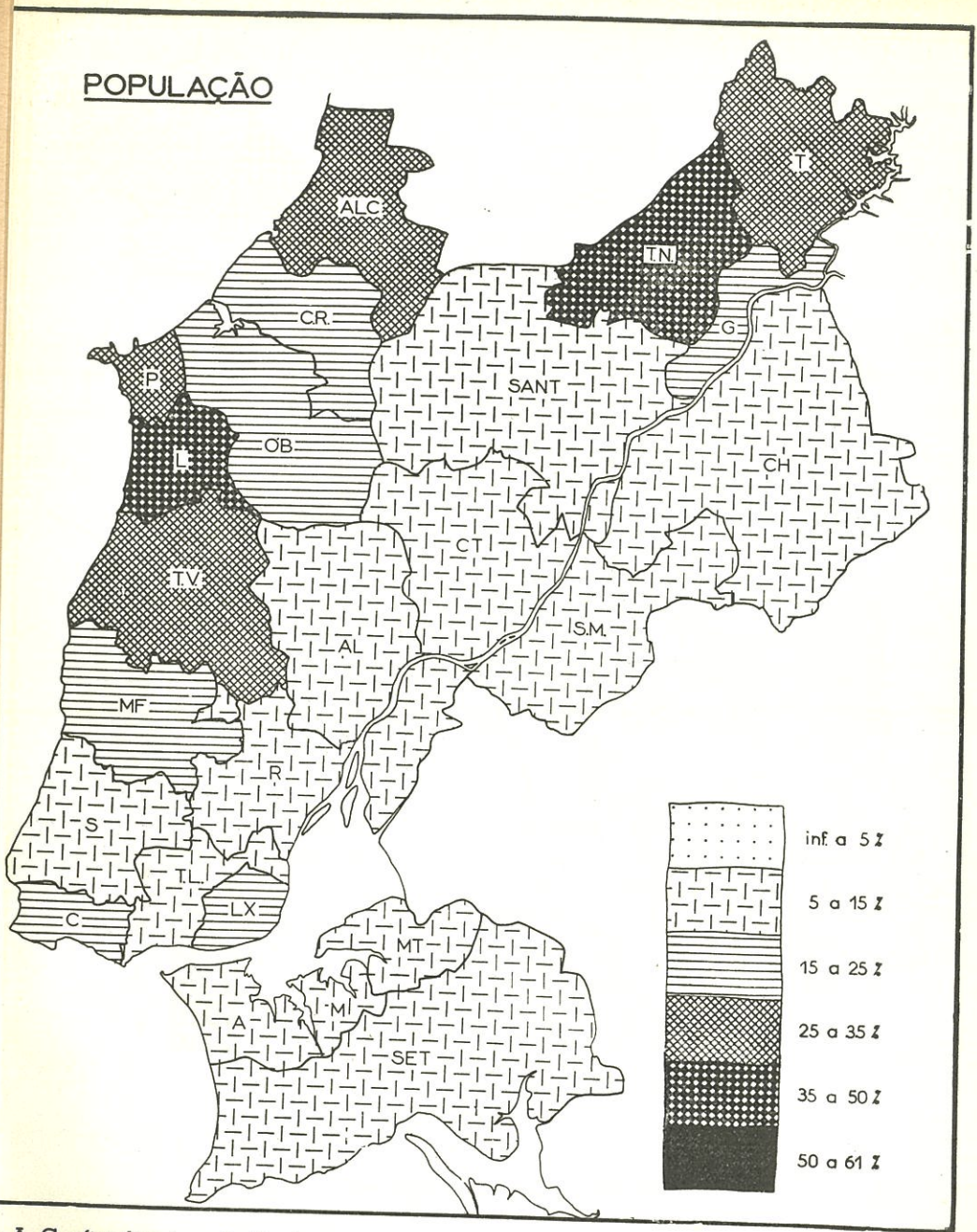
Desproporção semelhante, embora menos assustadora, verifica-se entre Organismos de adultos e de juventude.

A comparação do número de associados com o número de praticantes pode trazer-nos algumas surprezas.

Assim, na cidade de Lisboa, a percentagem de associados em relação aos praticantes é maior entre os homens do que entre as mulheres. Na capital, por 100 homens praticantes, 10,1 pertencem à A. C., o que é uma percentagem notável (a das mulheres é de 8,0 %). Quer dizer, em Lisboa, não há muitos homens praticantes, mas os que praticam são «bons» — ou pelo menos enquadram-se em percentagem elevada nos Organismos da A. C.



Cartograma da esquerda: DENSIDADE DA A. C. POR PARÓQUIAS: 1 – Paróquias se
ção maior de 7 anos); 3 – Paróquias com 1 a 4 % de associados; 4 – Paróquias com m
Cartograma da direita: PRÁTICA DOMINICAL POR VIGARARIAS (percentagens em r



n A. C. oficializada; 2 – Paróquias com menos de 1 % de associados (em relação à popula
tis de 4 %.
elação à população maior de 7 anos).

Os homens não são assim tão renitentes ao trabalho na A. C. como parece à primeira vista. Pelo menos nos grandes meios urbanos, porque na Província os Organismos masculinos estão nìtidamente pior do que na capital: aquela percentagem de 10,1 %, em relação aos praticantes, baixa a metade (5, %) nas Vigararias.

Deve acrescentar-se que esta diferença entre a Província e a Capital também se verifica nos Organismos femininos.

Como já acima se disse, a A. C. encontra-se mais desenvolvida em Lisboa do que nas Vigararias, e isto tanto em relação à população global como em relação à população praticante. O quadro estatístico anexo permite analizar a situação. Em resumo, este traduz-se da seguinte maneira:

Em relação à população global maior de 15 anos,
Lisboa tem 1,35 % de associados,
a Província, 0,94 % de associados.

Em relação à população praticante maior de 15 anos,
Lisboa tem 8,4 % de associados,
a Província, 6,5 % de associados.

Como, porém, em Lisboa 44 % dos associados estão inscritos em secções de base não paroquial, concluiremos que, mesmo em relação à Província, a Acção Católica de base paroquial tem um desenvolvimento muito reduzido. É mais uma confirmação da «crise» das paróquias urbanas e das dificuldades existentes entre a Paróquia e a A. C. especializada.

A A. C. P. NOS DIVERSOS SECTORES SOCIAIS

O número de associados e de secções de cada um dos 20 Organismos Especializados existentes no Patriarcado, tanto na cidade de Lisboa como nas diversas vigararias, encontra-se especificado no quadro estatístico já referido.

De pouco valerá, porém, se desconhecermos a vastidão dos campos de apostolado próprios dos diversos Organismos Especializados. Ora a determinação do número de indivíduos de cada meio social é muito difícil de fazer, quer pela dificuldade prática de delimitar rigorosamente os meios, quer pela falta de elementos estatísticos adequados. No entanto, uma avaliação aproximada já permite ter uma visão, aproximada também, da penetração da A. C. nos diversos sectores sociais.

A situação pode definir-se, a traços largos, da seguinte maneira:

1.º — São *os meios escolares e universitários,* sobretudo no sector feminino, os mais atingidos pela A. C. no Patriarcado.

A J. U. C. F. enquadra quase 1/3 das raparigas universitárias (31,5 %), e a J. U. C. cerca de 1/6 dos rapazes (15,3 %). Existem secções destes Organismos pràticamente em todas as instituições de ensino superior onde o número de rapazes ou raparigas os poderia justificar.

Nos liceus e colégios de ensino secundário, as percentagens são mais baixas. A J. E. C. F. tem 1/5 das raparigas estudantes nas suas fileiras (22,0 %), proporção

esta que deve ser interpretada à luz do facto de muitos colégios de religiosas inscreverem todas as suas alunas na A. C., o que faz diminuir o valor real do número indicado. A J. E. C. atinge apenas 4,2 % dos rapazes, número este muito baixo quer para as possibilidades deste Organismo, quer sobretudo para a necessidade de acompanhar a juventude dos liceus e das escolas secundárias numa fase decisiva da vida para a sua formação integral.

2.º — *O meio independente* é um meio muito especial. Define-se bem na L. I. C. F. menos bem na J. I. C. F.. Define-se mal na L. I. C. e não chegou ainda a definir-se na J. I. C.. Isto mesmo transparece nos números: no Patriarcado há:

33 Secções da L. I. C. F.,
26 Secções da J. I. C. F.,
apenas 15 Secções da L. I. C.
e só 5 Secções da J. I. C.

Dando por bons os cálculos feitos para determinar o número de pessoas pertencentes ao meio independente, chegamos à conclusão de que, no Patriarcado, as percentagens de inscrições nos Organismos deste meio são:

1,2 % das senhoras e raparigas
0,2 % dos homens e rapazes.

Estes números, tão baixos, não traduzem bem a realidade. Muitos dos elementos pertencentes a este meio poderão estar inscritos em Organismos doutros meios ou simplesmente trabalhar em obras ou actividades diferentes mas igualmente importantes (Catequese, Conferências vicentinas, etc.).

3.º — *O meio operário* é, no seu conjunto, o que está mais descristianizado, como é sabido. É também o que tem estado mais abandonado pela Igreja. Basta um exame do mapa da distribuição do clero pelas diversas paróquias do Patriarcado para verificar que é naquelas em que predomina a classe operária que se encontra um menor número de padres relativamente à população.

No entanto a Fé não está ausente do mundo do trabalho. Parece até que são os militantes dos Organismos operários os que demonstram maior vitalidade apostólica.

Quanto à expansão destes Organismos no Patriarcado, são eles que no conjunto têm maior número de associados: 4.819, isto é, um pouco mais que a A. C. Agrária e muito mais que qualquer outro Organismo. Contam-se ao todo 186 secções, respectivamente:

36 da L. O. C.
41 da J. O. C.
53 da L. O. C. F.
56 da J. O. C. F.

Neste meio, como era de esperar, a cidade de Lisboa leva a palma ao resto do Patriarcado. Tem metade das secções (91) e 57 % dos associados.

Podemos dizer que, com excepção do norte da Península de Setúbal, a A. C. Operária no Patriarcado já chegou a todas as grandes zonas industriais. Mas ainda

há muito que fazer, principalmente nos Organismos masculinos. O Santo Padre Pio XII, no discurso ao I Congresso Nacional dos Homens Católicos, chamou a atenção para a necessidade de prevenir as consequências sociais, morais e religiosas, da industrialização em larga escala que se prevê para breve no nosso País. Compete em grande

A A. C. P. no Patriarcado de Lisboa

ORGANISMOS	CIDADE		VIGARARIAS		TOTAIS	
	Secções	Asssociad	Secções	Associad	Secções	Asscciad.
LAC	—	—	25	485	25	485
LEC	—	38	—	21	—	59
LIC	12	250	3	40	15	290
LOC	17	440	19	263	36	703
LUC	—	547	—	—	—	547
L. C.	29	1275	47	809	76	2084
JAC	—	—	44	746	44	746
JEC	11	424	3	130	14	554
JIC	4	47	1	5	5	52
JOC	20	470	21	323	41	793
JUC	9	357	—	—	9	357
J. C.	44	1298	69	1204	113	2502
LACF	—	—	59	1540	59	1540
LECF	1	112	6	104	7	216
LICF	21	1419	12	363	33	1782
LOCF	27	911	26	618	53	1529
LUCF	—	310	—	—	—	310
LCF	49	2752	103	2625	152	5377
JACF	—	—	64	1668	64	1668
JECF	23	1746	10	706	33	2452
JICF	18	558	8	100	26	658
JOCF	27	934	29	860	56	1794
JUCF	11	408	—	—	11	408
JCF	79	3646	111	3334	190	6980
TOTAIS	201	8971	330	7972	531	16943

parte à A. C. operária garantir um mundo de trabalho assente em estruturas cristãs e movendo-se num clima social e espiritual elevado.

4.º — *O meio agrário,* que melhor diríamos rural, é dos mais importantes, mesmo no Patriarcado onde já mais de metade da população vive em zonas industrializadas ou urbanas.

Não há nenhuma Secção da A. C. agrária nas paróquias de Lisboa. Parece uma afirmação de La Palisse, mas justificar-se-ia que o houvesse: na meia dúzia de paróquias rurais de Lisboa (ainda as há), vivem mais de 2.000 famílias com 9.000 pessoas trabalhando exclusivamente da agricultura... Esta população agrícola vive, normalmente, em precárias condições. Em grande parte vê-se obrigada a trabalhar ao domingo e, apesar de provir quase totalmente de zonas cristãs do País, deixa a prática religiosa mal chega à cidade.

A A. C. P. nas dioceses do continente e ilhas (1)

DIOCESES	Número de Secções	Número de associados	População	Percentagem dos associados
Braga	822	17.038	890.600	1,9
Viseu	301	5.542	315.000	1,8
Funchal	91	4.210	250.124	1,7
Leiria	132	3.075	190.000	1,6
Porto	531	18.643	1.185.950	1,6
Lamego	166	2.834	231.323	1,2
Guarda	227	4.445	425.000	1,0
Aveiro	77	2.294	225.863	1,0
Vila Real	175	2.975	323.124	0,9
Lisboa	558	17 060	1.863.369	0,9
Bragança	120	2.048	227.125	0,9
Portalegre e C. Branco	144	2.984	350.985	0,9
Faro	103	2.631	325.000	0,8
Angra	112	2 368	317.500	0,7
Coimbra	168	3.522	610.000	0,6
Évora	96	1.919	364.387	0,5
Beja	47	1.140	352.936	0,3
PORTUGAL	4.036	94.976	8.448.286	1,1

(1) A ordem por que estão indicadas as Dioceses é a da percentagem decrescente de associados em relação à população global. Os dados relativos à A. C. P. foram fornecidos em Julho pelas Direcções Gerais dos Organismos Especializados. As populações diocesanas são as indicadas no último volume do Anuário Pontifício.

No Patriarcado, devem ser 230 as paróquias rurais onde se justificam os Organismos agrários. Dessas, apenas 85 têm A. C. E destas 85,

18 têm a funcionar os 4 organismos,
16 têm 3,
21 sòmente 2,
30 apenas um,
145 não têm nenhum.

Por estes números se vê quanto é limitada a expansão da A. C. agrária no Patriarcado. Vêm eles confirmar a análise do cartograma da densidade da A. C. P. a que se fez já referência.

Verfica-se agora, e aqui mais nìtidamente ainda, a desproporção entre o desenvolvimento dos Organismos masculinos e o dos femininos: os Organismos masculinos têm apenas 36 % das Secções e 28 % dos associados.

Admitindo como bom o cálculo da população agrária que diz ser constituída, no Patriarcado, por 216.000 homens e 228.000 mulheres vemos que a percentagem de homens e rapazes inscritos na A. C. não chega a 0,5 % e a das mulheres não ultrapassa 15 %. Estas proporções são sensìvelmente as mesmas (ou um pouco mais baixas ainda) que no meio agrário.

CONCLUSÃO

Num exame mais pormenorizado dos ficheiros, muitos dados interessantes se poderiam colher. Assim, e a mero título de exemplo, revelam os ficheiros da L. A. C. que, tirando a Secção de Almeirim, que tem características especiais, só 1,5 % dos lacistas têm instrução superior à primária; que nos últimos 4 anos das 315 novas inscrições só 67 (21 %) vieram da J. A. C. e 248 (79 %) foram inscrições directas; que só 31 % dos lacistas têm mais de 50 anos, ao passo que as lacistas que atingiam o meio século são 41 %. Estas simples observações levantam uma série de problemas de interesse vital... Muitas outras interessaria fazer.

Concluímos como começámos. Toda esta série de números e percentagens que acabamos de apresentar dá-nos uma visão estatística da A. C. P. no Patriarcado. Foca os aspectos quantitativos da situação. Mas, a sua interpretação correcta permite vislumbrar alguns aspectos qualitativos.

Mesmo, no primeiro aspecto, este estudo é incompleto. Por ele ficamos com uma ideia estática da situação. Faltam todos os termos de comparação com os anos anteriores para se obter uma visão dinâmica da evolução passada e das tendências presentes. E ninguém nega que tal visão tenha particular interesse para quem dirige superiormente o movimento.

Só admira que estudos desta natureza, mais vastos e mais profundos, estejam ainda por fazer...

Seminário dos Olivais,
Festa de Cristo-Rei de 1957.

P.e MANUEL FRANCO FALCÃO

CELEBRAÇÃO LITÚRGICA DO MATRIMÓNIO

Tivemos conhecimento de que na Paróquia de Belém se tem desenvolvido um esforço notável no sentido de dar aos Fiéis uma compreensão mais esclarecida das riquezas dos Sacramentos. No que se refere ao **Matrimónio** este trabalho tem-se concretizado, quer na organização de cursos preparatórios para noivos, quer no aproveitamento dos contactos obrigatórios entre o Pároco e os nubentes nas declarações iniciais (entregando-se aos noivos uma pagela para os fazer reflectir), quer sobretudo rodeando a própria celebração do Casamento com o esplendor litúrgico que merece pelo seu alto simbolismo e pela importância que tem na vida social da Igreja. E para facilitar a atenção e despertar a fé dos convidados, é distribuida a estes uma pagela com o ritual.

Com o intuito de podermos contribuir para a valorização pastoral deste Sacramento, apresentamos o Cerimonial a que nós próprios assistimos.

Os noivos entram na Igreja, acompanhados pelo menos de duas testemunhas. É grandemente conveniente que os pais ou parentes dos noivos estejam também presentes.

Dirige-se o cortejo nupcial para o Altar-mor, ficando o noivo à direita da noiva de face para o Altar. Se os noivos usarem luvas, deverão tirá-las. Ao lado dos noivos, ou atrás deles, colocam-se as testemunhas.

1 — PREPARAÇÃO

O Sacerdote convida todos os presentes a invocarem a Santíssima Trindade.

Em nome do Pai e do Filho † e do Espírito Santo. Amen.

(Uma palavra de acolhimento)

INVOCAÇÃO AO ESPÍRITO SANTO

MONIÇÃO — Em todos os momentos importantes da vida de seus filhos a Igreja implora o auxílio do Espírito Santo.
Rezemos portanto todos juntos ao Espírito de Amor, em favor daqueles que daqui a pouco se vão unir em matrimónio perante Deus, e que se unem não apenas em nome do seu amor humano, mas em nome do amor fidelíssimo de Deus por nós e de Cristo pela sua Igreja.

Vinde, Espírito Santo, enchei os corações dos vossos fiéis e acendei neles o fogo do vosso amor.

V. Enviai, Senhor, o vosso Espírito e tudo será creado.
R. E renovareis a face da terra.

OREMOS

Ó Deus, que instruístes os corações dos vossos fiéis com as luzes do Espírito Santo: fazei que pelo mesmo Espírito apreciemos o que é recto e gozemos sempre da sua consolação. Por Cristo nosso Senhor. Amen.

ALOCUÇÃO

2 — PRESTAÇÃO DO MÚTUO CONSENTIMENTO

MÚTUO COMPROMISSO

MONIÇÃO F. e F.:

Se em vosso coração reflectistes no acto que ides realizar;
se é de livre e espontânea vontade que diante de Deus ides fazer a vossa mútua entrega;
se estais decididos:
— a amar-vos e a respeitar-vos;
— a permanecer fiéis um ao outro na prosperidade como na adversidade, até à morte:
se estais prontos a receber da mão de Deus os filhos que Ele vos queira dar e a educá-los cristãmente, como é dever de pais cristãos:

então concluí a aliança sagrada do matrimónio.

O Sacerdote interroga primeiramente o noivo:

O senhor F. quer receber a Senhora F., aqui presente, por sua legítima esposa, segundo o rito da Santa Madre Igreja?

O noivo responderá:

Sim, quero.

Imediatamente, o Sacerdote interroga a noiva:

A senhora F. quer receber o Senhor F., aqui presente, por seu legítimo marido, segundo o rito da Santa Madre Igreja?

A noiva responderá:

Sim, quero.

UNIÃO DAS MÃOS E CONFIRMAÇÃO PELO SACERDOTE

MONIÇÃO Dai-vos a mão direita em sinal do indissolúvel laço de amor que vos unirá doravante; e eu, pela autoridade da Igreja, confirmo e abençoo o matrimónio que vós contraístes, em nome das Três Pessoas divinas. E a vós todos que estais aqui presente vos considero como testemunhas desta santa aliança. «Que o homem não separe o que Deus uniu».

Em seguida, o sacerdote toma na palma da mão esquerda a extremidade da estola; e manda que os esposos juntem as suas mãos direitas sobre ela. O Sacerdote traça o sinal da cruz sobre as mãos juntas, dizendo:

Ego conjungo vos in matrimonium. In nomine Patris, et Filii, ✝ et Spiritus Sancti. Amen.

Eu vos uno em Matrimónio. Em nome do Pai e do Filho ✝ e do Espírito Santo. Amen.

Asperge as mãos dos esposos com água benta, dizendo:

Per aquae benedictae aspersionem det vobis omnipotens Deus suam gratiam et benedictionem.

Que, pela aspersão da água benta, Deus Todo-poderoso vos dê a sua graça e bênção.

3 — BÊNÇÃO DOS ANÉIS

MONIÇÃO O círculo fechado é símbolo do amor perfeito e sem fim. A imposição do anel significa a tomada de posse de um pelo outro. Trazer o anel é sinal de fidelidade sem defeito, fidelidade conjugal e fidelidade a Cristo na Santa Igreja.

V. Adjutorium nostrum in nomine Domini.
R. Qui fecit coelum et terram.

V. Domine, exaudi orationem meam.
R. Et clamor meus ad te veniat.

V. Dominus vobiscum.
R. Et cum spiritu tuo.

V. O nosso auxílio está no nome do Senhor.
R. Que criou o Céu e a terra.

V. Senhor, ouvi a minha oração.
R. E chegue até Vós o meu clamor.

V. O Senhor seja convosco.
R. E com o vosso espírito.

Oremus
Bene ✝ dic, Domine, anulum hunc, quem nos in tuo nomine bene ✝ dicimus: ut quae eum gestaverit, fidelitatem integram suo sponso tenens, in pace et voluntate tua permaneat, atque in mutua caritate semper vivat. Per Christum Dominum nostrum.
R. Amen.

Oremos
Abençoai, ✝ Senhor, estes anéis que nós benzemos ✝ em vosso Nome: a fim de que aqueles que os usarem guardem inteira fidelidade um ao outro, e permaneçam na vossa paz e na submissão à vossa vontade e vivam sempre em amor mútuo. Por Cristo, Nosso Senhor.
R. Amen.

Seguidamente, o Sacerdote asperge os anéis com água benta à maneira de cruz. O esposo recebe o anel das mãos do Sacerdote e coloca-o no dedo anular da mão esquerda da sua esposa; e do mesmo modo a esposa recebe o anel das mãos do Sacerdote e coloca-o no dedo anular da mão esquerda do seu marido. Entretanto o Sacerdote diz:

In nomine Patris, et Filii, ✝ et Spiritus Sancti. Amen.

Em nome do Pai e do Filho ✝ e do Espírito Santo. Amen.

4 — PRECES E BÊNÇÃOS

Em seguida o Sacerdote manda os esposos ajoelhar e acrescenta:

MONIÇÃO O que vós prometestes, não o podeis manter sem o auxílio da graça de Deus.
Imploremos portanto o Senhor, com toda a Igreja e todos os vossos amigos aqui presentes, para que Ele fortifique a vossa fidelidade pelo seu Amor.

V. Confirma hoc, Deus, quod operatus es in nobis.
R. A templo sancto tuo, quod est in Jerusalem.

Kyrie eleison.
Christe eleison.
Kyrie eleison.

Pater noster... *(secreto usque ad)*.

V. Et ne nos inducas in tentationem.
R. Sed libera nos a malo.

V. Salvos fac servos tuos.
R. Deus meus, sperantes in te.

V. Mitte eis, Domine, auxilium de sancto.
R. Et de Sion tuere eos.

V. Esto eis, Domine, turris fortitudinis.
R. A facie inimici.

V. Domine, exaudi orationem meam.
R. Et clamor meus ad te veniat.

V. Dominus vobiscum.
R. Et cum spiritu tuo.

Oremus
Respice, quaesumus, Domine, super hos famulos tuos: et institutis tuis, quibus propagationem humani generis ordinasti, benignus assiste; ut qui te auctore junguntur, te auxiliante serventur. Por Christum Dominum nostrum.
R. Amen.

V. Senhor, dai firmeza ao que em nós realizastes.
R. Do alto da vossa Morada Santa, na Jerusalém celeste.

Senhor, tende misericórdia de nós.
Cristo, tende misericórdia de nós.
Senhor, tende misericórdia de nós.

Pai nosso... *(em voz baixa até)*.

V. E não nos deixeis cair em tentação.
R. Mas livrai-nos do mal.

V. Protegei os vossos servos.
R. Que esperam em Vós, meu Deus.

V. Enviai-lhes do vosso Santuário, Senhor, o vosso socorro.
R. E do alto do céu, protegei-os.

V. Sede para eles, Senhor, uma fortaleza invencível.
R. Um refúgio contra o inimigo.

V. Senhor, escutai a minha oração.
R. E chegue até vós o meu clamor.

V. O Senhor seja convosco.
R. E com o vosso espírito.

Oremos
Poisai, Senhor, nós Vo-lo suplicamos, os vossos olhares sobre estes vossos servos; e prestai a vossa benévola assistência a esta sagrada instituição do lar, destinada à propagação do género humano; a fim de que aqueles, que se unem sob a vossa autoridade, sejam guardados pelo vosso auxílio. Por Cristo, Nosso Senhor.
R. Amen.

MONICÃO Antes de vos retirardes, quero dirigir-vos os votos do meu coração sacerdotal.
Deus Todo-poderoso e Eterno pelo seu poder criou os nossos primeiros pais Adão e Eva e os ligou por uma santa união:
Que Ele santifique e abençoe pela Palavra da sua boca os vossos corações e os vossos corpos; e os una na comunhão pelo laço indestrutível de um puro amor.

R. Amen.

Sede abençoados nos vossos filhos, e que eles vos retribuam a cem por um o amor que lhes dedicareis.

R. Amen.

Que a paz de Cristo habite para sempre nos vossos corações e no vosso lar. Que verdadeiros amigos se encontrem a vosso lado nas alegrias e nas dores. Que todos os que estiverem em aflição encontrem junto de vós consolação e auxílio; e que a bênção prometida aos misericordiosos desça largamente sobre a vossa casa.

R. Amen.

Que o vosso trabalho seja abençoado; e que possais guardar o seu fruto. Que as preocupações vos não esmaguem. Que o desejo de bens terrestres não vos desvie; mas que os vossos corações estejam sempre presos aos tesouros que permanecem para a vida eterna.

R. Amen.

Que o Senhor vos conduza a uma idade avançada e vos conceda as colheitas da vida. E depois de terdes trabalhado fielmente pelo seu Reino, que vos receba junto d'Ele no seu esplendor eterno. Por Nosso Senhor Jesus Cristo, Seu Filho, que com Ele vive e reina una unidade do Espírito Santo, Deus Eterno, pelos séculos dos séculos.

R. Amen.

APÊNDICE

(Quando não se celebra a Missa de Casamento, o Sacerdote poderá recitar o salmo 127).

«Um homem piedoso, que viajava, bate à porta de uma casa próspera, cercada de oliveiras e videiras, pedindo guarida. É recebido com hospitalidade oriental e convidado a tomar parte na ceia da numerosa família. Em torno da mesa vê o pai, a mãe e os filhos, semelhantes aos rebentos que brotam da velha oliveira, comendo todos do trigo que o pai semeou e que a mãe moeu e cozeu. Encantado com esta cena, sauda a família e felicita o pai, cuja piedade Deus assim abençoou».

Com os mesmos sentimentos de júbilo, formularei os meus parabéns:

«Feliz de quem teme ao Senhor,
de quem segue os caminhos por Ele traçados!»

— Hás-de comer do fruto dos teus trabalhos,
hás-de ser ditoso: o bem há-de ser teu.
Tua esposa é como videira fecunda
no íntimo de tua casa:
Os teus filhos, como rebentos de oliveira,
ao redor de tua mesa!

Eis como será abençoado
o homem que teme ao Senhor!

Que o Senhor te abençoe de Sião
todos os dias da tua vida:
Que possas ver Jerusalém na abundância
Que vejas os filhos dos teus filhos.

Que a paz desça sobre Israel!

IDE EM PAZ E QUE O SENHOR ESTEJA SEMPRE CONVOSCO. AMEN

NOTA DA REDACÇÃO

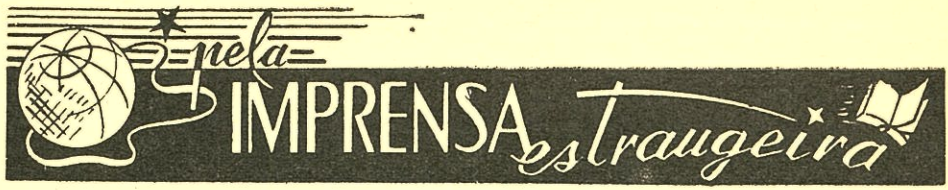
Não quisemos publicar este artigo sem o submetermos à revisão do Pároco de Belém. Sua Rev.ª pede-nos para esclarecermos o seguinte:

1.º Não se trata de alterar o Ritual *do matrimónio. Esse é integralmente respeitado.*

Trata-se simplesmente de o enquadrar no conjunto duma celebração *que permita explorar um pouco mais as inesgotáveis r i q u e z a s do Sacramento.*

2.º Dá-se bastante importância às admonições sacramentais, *tão instantemente preceituadas pelo concílio de Trento (Sessão 24, Decreto de Reformatione, cap. VII).*

3.º É uma experiência de pastoral litúrgica, não é uma fórmula definitiva. Está sujeita ao progresso da reflexão, às observações criteriosas dos amigos e sobretudo ao superior juízo da Autoridade Eclesiástica.



O CINEMA NA TEOLOGIA MORAL

A revista norte-americana «Theological Studies», publicada pelas Faculdades de Teologia da Companhia de Jesus nos Estados Unidos, insere no seu número de Setembro último um longo artigo — quarenta e seis páginas — dedicado a problemas morais levantados pelo cinema. Intitula-se **The Legion of Decency** e assinam-no dois conhecidos e competentes moralistas, os P.es Gerald Kelly S. J. e John C. Ford S. J.. Uma nota da redacção esclarece que o texto deste artigo constitui um capítulo de um estudo mais longo sobre os problemas morais contemporâneos, a publicar dentro em breve pelos mesmos autores.

Começam os articulistas por nos esclarecer sobre o seu objectivo. «Há já bastantes anos que se criou um enorme interesse pelas questões morais que dizem respeito à produção e assistência a filmes. No que respeita aos Estados Unidos essas questões morais dificilmente podem ser consideradas sem alguma referência ao trabalho e aos objectivos da Legião da Decência. Não é propósito do presente artigo apresentar ou resolver todas as possíveis questões morais; o objectivo principal consiste antes em fornecer maior quantidade de informações sobre a Legião do que aquelas de que habitualmente dispõem os teólogos, de forma que possam ser racionalmente discutidos alguns dos aspectos mais práticos dos problemas morais, se não mesmo perfeitamente resolvidos».

Fiéis a este propósito os autores começam por nos dar a história da Legião de Decência com que ocupam toda a primeira parte do artigo. Estudo metódico, abundante e sèriamente documentado e feito sobretudo sem facciosismos mesquinhos. Não se ignora mas antes se encarece o papel dos não católicos. «Deve dizer-se, para honra dos não católicos que os seus esforços para um cinema decente antecederam os das organizações católicas. O contributo católico consistiu em que na grande estructura da Igreja há um poder de mobilizar a opinião pública que nenhum outro grupo religioso ou social possui».

Não nos permite o espaço ocuparmo-nos tão largamente como desejávamos desta primeira parte do artigo. Apesar disso não nos dispensamos de focar dois aspectos que especialmente nos feriram a atenção.

Afigura-se-nos que o relato histórico do aparecimento, desenvolvimento e trabalho da L. da D. é apresentado numa perspectiva demasiado optimista. Gostaríamos de ter visto uma apreciação crítica não só ao modo de trabalho, mas sobretudo à sua orientação. Talvez que assim encontrássemos as causas do afastamento de muitos não católicos cuja cooperação foi tão importante para o êxito da campanha da Legião e ainda do facto notório, para todos os espíritos atentos, do recrudescimento nos estúdios americanos de uma produção um tanto fora das normas da moral (recorde-se a ainda recente intervenção do Cardeal Spellman acerca do filme de Elia Kasan, Baby Doll). Vinte e três anos de acção constante e bem orientada não seriam suficientes para tornar a opinião pública impermeável a filmes desta natureza?

Estranhámos também que embora o artigo se proponha estudar a L. da D. se ignore pura e simplesmente todo e qualquer organismo similar estrangeiro. Seriam muito oportunas umas palavras sobre os organismos europeus e latino-americanos católicos de cinema. Dado que a sua orientação é diferente da seguida pela L. da D. poderia ter bastante interesse um confronto dessas mesmas orientações.

CINEMA E MORAL

Na segunda parte do artigo Kelly e Ford propõem-se «considerar e encarecer qual deverá ser a atitude e conduta do bom católico e do homem de boa vontade perante as classificações da Legião da Decência, independentemente de qualquer questão de pecado, venial ou mortal. Apenas depois de ter delineado esta atitude ideal encararemos alguns dos problemas relativos ao pecado. E concluiremos por uma referência ao programa positivo para promover o bom e o melhor nos filmes».

A ATITUDE IDEAL

«Para não causar as confusões que mais de uma vez já, temos deplorado, de bom grado esclarecemos que palavras tais como «ser necessário», «estar obrigado», «dever», «obrigação» e outras, são usadas em dois sentidos na loquela habitual e nos documentos oficiais. No sentido estricto implicam preceitos, isto é, deveres e obrigações que urgem sob pena de pecado. Num sentido lato, contudo, podem significar e de facto significam «o que é melhor», «a coisa conveniente», «apropriada», etc.. Sob o presente título usamos as palavras «ser necessário», «obrigação», etc., no sentido lato».

Ocupando-se da atitude ideal a tomar perante as classificações dos filmes esclarecem os articulistas que um estudo do trabalho e objectivos da Legião da Decência «levaria lògicamente à conclusão de que a sua orientação geral é para confinar a frequência do cinema a filmes classificados como A-I (sem reserva alguma de carácter moral, para todos) e A-II (sem reserva moral para adultos) ..»

«Deverá observar-se porém, que propositadamente falámos de uma **orientação-geral** e não em termos absolutos pois pensamos que quando se fala da acção melhor a praticar, dificilmente se pode rejeitar toda a frequência de filmes classificados em B (com reservas morais) e em C (condenáveis). Por exemplo um estudante consciencioso de uma língua ou arte dramática estrangeira terá uma razão válida para assistir a alguns filmes C e estará apto a fazê-lo sem perigo algum para si ou de escândalo alheio injustificado... Mencionámos esta excepção simplesmente para atestar que até uma regra ascética — isto é, a que visa a acção melhor — não é absoluta».

«...Podem igualmente existir boas razões para uma assistência ocasional a filmes classificados em B; a clara regra ascética, porém, é de que tal assistência deverá ser rara».

OBRIGAÇÕES ESTRICTAS

«Por estricta obrigação entendemos aquela que urge sob pena de pecado. Neste aspecto o moralista necessista ineludìvelmente de distinguir entre pecado mortal e pecado venial, entre casos em que há **alguma obrigação** e casos em que a obrigação é **sub gravi.** Mas é muitas vezes difícil fazer esta distinção sem referência aos factores concretos, individuantes. Por exemplo, parece bastante claro que existe alguma obrigação nos seguintes casos:

a) prudência requerida para que alguém se proteja do perigo moral, informando-se suficientemente sobre os filmes que deseja ver;

b) a caridade e o bem comum requerem que se evite frequentes vezes filmes classificados **com reservas;**

c) os pais, em razão da sua especial obrigação, têm o dever de proteger os filhos vigiando os seus divertimentos e não lhes permitindo assistir a filmes que os prejudiquem moral ou psicològicamente.

Quando é que urgem **sub gravi** estes deveres?»

Interessante observação é feita antes da desejada resposta. «Alguns esperarão que os moralistas lhes dêem precisas regras de ferro para determinar a urgência **sub gravi.** E também alguns moralistas, de bom grado o esperariam. Não estamos inclinados a tal. É nossa convicção que tais regras gerais dificilmente podem ser dadas sem falhar ao

seu próprio objectivo: na maior parte dos casos confundem as consciências em lugar de as esclarecer».

Seguem-se as considerações seguintes que, crêem os autores, serão apreciadas a fundo por muitos teólogos.

«No primeiro caso — a necessidade de conveniente informação para a protecção própria contra o perigo — haveria uma séria obrigação, ùnicamente se existisse a presunção, baseada na própria experiência ou no nível moral das películas de que alguém se exporia injustificadamente a perigo próximo de pecado grave; ou se alguém tivesse bem fundadas razões para pensar que o bispo proibira a assistência a certo filme sob pena de pecado mortal. A presunção baseada na experiência pessoal é puramente relativa e, por isso, matéria para que cada um resolva particularmente. Para tomar uma decisão será muitas vezes proveitoso o conselho de um prudente conselheiro espiritual (não nos dispensamos de encarecer o consequente **conhecimento de causa,** necessário ao padre, qualificado director espiritual). A presunção contra os filmes não tem já grande oportunidade hoje, pois a maioria das películas é classificada como A e dos restantes (B e C) só um relativamente pequeno número pode razoàvelmente ser considerado como ocasião próxima de pecado mortal para a generalidade das pessoas. A última presunção — proibição eclesiástica **sub gravi** — raramente se verificará.

Quanto ao segundo caso — obrigação de caridade para com o próximo, (isto é, dever de evitar o escândalo injustificável) e obrigação quanto ao bem comum — todos os teólogos realizam seguramente quanta dificuldade há em formular regras práticas àcerca do escândalo grave e injustificável e como é ainda mais difícil analisar a gravidade das obrigações sociais: dever de voto, de trabalhar para uma justa ordem social, etc.

Finalmente no que respeita às obrigações dos pais será bastante fácil reconhecer em casos particulares quando é grave a negligência paterna; mas a dificuldade em dar regras gerais apriorísticas àcerca dela não está certamente limitada ao problema da assistência a filmes...»

Deveras importante é a observação final dos articulistas: «...considerando as dificuldades em determinar quando há pecado grave nestes assuntos, muito aproveita ao moralista lembrar-se da máxima teológica **non est imponenda obligatio nisi certo constet».**

PECADO MORTAL

Quanto à possibilidade de pecado mortal na assistência a filmes, Kelly e Ford ocupam-se em primeiro lugar da proibição eclesiástica que até hoje só tem sido explícita quanto a um ou outro filme e apenas em casos particulares. Não existe nenhum princípio de ordem geral.

Apreciando a outra possível fonte de obrigação **sub gravi,** a lei natural, escrevem citando F. Ter Haar C. SS. R.: «Aqueles que assistem a espectáculos podem pecar mortalmente em três casos: (1) por causa da sua má intenção, nomeadamente para satisfazer a luxúria, o que é sempre mortal; (2) por causa do escândalo grave; (3) por causa da ocasião próxima de pecado».

Posto de lado o primeiro caso pela sua clareza e esclarecido quanto ao segundo que, como já foi dito, é difícil estabelecer a gravidade do escândalo na generalidade, os articulistas ocupam-se mais largamente do terceiro ponto. De novo citam Ter Haar.

«Os espectáculos que são **ex professo** contrários à religião são **per se** e **absolutamente** uma ocasião próxima para pessoas apenas medianamente instruídas na fé católica — como o são muitos dos leigos — porque eles causam no geral um perigo grave provável (1) para a fé. Abre-se uma excepção apenas para alguém que esteja tão bem instruído e firme na Fé que imediatamente veja a falsidade e a repudie...

---

(1) Note-se que Ter Haar é «o moderno defensor principal da opinião de que um perigo provável é suficiente para constituir uma ocasião próxima de pecado e que se comete um pecado mortal todas as vezes que alguém se expõe a um perigo provável de pecado mortal, ainda que seja equiprovável que se não peque».

Os espectáculos que são em si mesmos muito indecentes e obscenos são também **per se** e absolutamente uma ocasião próxima, porque neles a maioria do público comete habitualmente pecado.

Os espectáculos que são de facto notàvelmente indecentes e obscenos mas não de modo ultrajante **(notabiliter quidem, sed non ita enormiter turpia et obscena)**, são uma ocasião próxima relativa: isto é, trazem geralmente um grave perigo de pecado para jovens e pessoas não casadas; não tantas vezes para pessoas casadas. Por isso os juízos devem ser feitos tendo em conta os casos individuais, quer **a priori** no que respeita ao modo de ser, carácter, e outro factores, quer **a posteriori**, isto é, com base nas quedas já experimentadas».

Os articulistas consideram filmes desta categoria os habitualmente classificados como condenados (C).

Uma pertinente observação termina o comentário. «A disposição geral de que os filmes C (condenados) são sempre ou quase sempre ocasião próxima de pecado mortal é demasiado forte. Estaria muito mais em harmonia com o pensamento teológico afirmar que eles envolverão o perigo próximo de pecado para muitas pessoas especialmente jovens e que qualquer disposição mais específica exigirá um conhecimento do próprio filme e dos seus espectadores». De novo retomam Ter Haar.

«Quando alguma coisa contra a religião ou os seus ministros é dita apenas de passagem **(obiter)**, os espectáculos não são **per se** uma ocasião próxima; mas podem ser uma ocasião relativa, especialmente se são frequentados de modo habitual por pessoas fracas na fé.

Os espectáculos que são apenas levemente indecentes, isto é, que se aproximam do obsceno **(leviter tantum turpia seu subobscena...)** não são habitualmente ocasião próxima para o público; mas podem sê-lo para aquele que neles tenha experimentado a sua fraqueza».

Os articulistas consideram que se incluem nestes géneros os filmes classificados pela L da D com filmes B, isto é, **com reserva:** e comentam muito oportunamente: «o dano feito por estes filmes, vem muito mais da frequente exposição a temas repreensíveis do que da assistência meramente ocasional».

Kelly e Ford ocupam-se ainda do valor das classificações emanentes do ensino autêntico contido nas Pastorais episcopais. Não têm oportunidade entre nós pois não conhecemos no nosso país pastorais sobre o assunto.

Não nos permite o espaço apreciarmos o último título do artigo — **A Educação cinematográfica.** Consideram-na os autores como **o «programa positivo para promover o bom e o melhor nos filmes».** É consolador verificar que tal se afirma já nos Estados Unidos, onde a L. da D. teimou até aqui em orientar o seu trabalho num sentido exclusivamente «moral». Muito há sem dúvida a esperar desse movimento educacional que ora começa a desenvolver-se por iniciativa e sob inspiração católica, precisamente no país cujo cinema maior influência tem no mundo.

JOSÉ VIEIRA MARQUES

A FAMILIA — TEMA DA SEMANA SOCIAL DE BORDEUS (1)

A realização anual das semanas sociais, constitui em França um empreendimento que se impõe.

A semana social de Bordéus, realizada em Julho passado, apresenta-nos um tema cheio de interesse para os que tomaram consciência da extensão do movimento pro-família em França: «situação e futuro da família».

Os semanistas eram quase exclusivamente leigos, sendo grande o número de casais novos. Estavam também representa-

(1) Relations — Canadá, Setembro 1957.

dos o movimento dos «lares jovens» e diversas associações familiares.

Serviu notàvelmente esta semana social para sublinhar a convergência e unanimidade de preocupações perante os problemas que os temas sobre a família fazem despertar.

O estudo destes problemas tem suscitado um interesse crescente tanto da parte de filósofos, juristas, economistas e jornalistas cristãos, como da parte dos movimentos da pastoral e acção católica.

Durante seis dias (com três lições por dia) dezoito cursos, leccionados por dezasseis leigos e dois religiosos, abordaram a instituição familiar nos seus mais diversos aspectos. Fez-se notar o progresso, que devido ao estudo da psicologia, do direito e da sociologia, se sentiu na apresentação de semelhantes temas. Este contributo permite clareza de ideias e precisão de conceitos.

Foi ainda largamente sublinhada a renovação da teologia pastoral relativa ao matrimónio e à espiritualidade conjugal.

Limitamo-nos a uma apreciação de conjunto dos assuntos apresentados. No que se refere à família considerada em si mesma e na sua projecção social notamos antes de mais, duas orientações que hoje em dia tomam vulto no pensamento e acção pro-família. A primeira diz respeito a «reformas institucionais» no plano jurídico, económico e político. A outra acerca-se da família em si mesma, na sua vida íntima, espiritual e psicológica. Duas tendências que não se opõem, antes se completam e entram já em vias de síntese. Um aspecto a salientar é que se trata muito concretamente da família: no mistério da sua interioridade e na sua contextura social.

Esta dupla consideração foi desenvolvida em vários trabalhos. Os aspectos filosóficos e sociológicos da família, trouxeram perspectivas novas para as relações dos esposos entre si, e dos filhos para com os pais.

As grandes correntes do pensamento que influenciaram a família contemporânea, foram traçadas por M. Lacroix: a concepção marxista, a posição tradicional com De Bonald entre os católicos e Comte entre os positivistas; as orientações individualistas e anarquistas do amor livre e finalmente o pensamento católico com a concepção espiritual da família, tratando-a no seu «mistério», põem em relevo, no plano da liberdade cristã as relações pessoais na vida conjugal. A esta luz, estas relações tendem para o desenvolvimento integral das pessoas (pais e filhos) numa comunidade harmoniosa e ao mesmo tempo unindo-as numa abertura de consciência perante as responsabilidades sociais.

Aprofundou estas ideias M. Madimier, que considerando a família no seu aspecto interior, fez-nos penetrar na zona do sagrado e do mistério. Delineou a possibilidade de uma descoberta sempre nova do amor, mas do amor que se conquista ao ritmo da sua própria elevação. Aborda-se portanto o mistério do amor — mistério da família — cujos componentes se reconhecem e realizam nos valores complementares de intimidade e fecundidade, num plano absolutamente espiritual.

Em alguns trabalhos tratou-se da conexão íntima entre os valores da intimidade, e de fecundidade que integram a família no contexto social. A fecundidade do lar está ligada tanto ao equilíbrio da família, como ao equilíbrio social e económico da humanidade.

Este aspecto foi encarado na sua dimensão familiar e mesmo universal. Os dados da demografia, da moral social, e da pastoral familiar, levaram à afirmação de que o problema da fecundidade ultrapassa o plano das técnicas. É uma questão de valores, e não de rendimento. O primado da pessoa, da sua liberdade, e das suas responsabilidades para com uma ordem social humanizada, são princípios doutrinais que a Igreja sempre defende.

Por outro lado juristas e economistas sublinharam a insensatez da política natalista, que levando à fecundidade, tudo tolera, em nome dum liberalismo jurídico e moral, e é portanto causa da desagregação do lar. Deste modo, o amor conjugal não será menos traído pela infedilidade como por uma legislação que facilita externamente o divórcio.

A prudência inesperada da legislação matrimonial nas democracias populares, ùnicamente ciosas do rendimento, confirma o primado do amor (pelo menos por conveniências sociais) sobre a nocividade do divórcio.

Também no quadro das perspectivas jurídicas, políticas e económicas, a família foi apontada como um sujeito determinado

de necessidades, e centro de decisões económicas. No plano da economia nacional, a vitalidade das famílias oferece a uma nação vastas perspectivas de elevação económica.

A extensão das necessidades familiares, as repercussões nas actividades de produção, de consumo e circulação, aumentam o potencial inventivo e de iniciativa.

O rejuvenescimento demográfico num país, faz com que a situação económica se eleve, e assim a família é factor de progresso. Este papel da família deve ser objecto duma política consciente, e figurar nos programas governamentais.

Isto sobretudo por dificuldades hoje levantadas (no caso em França) pelo problema do equilíbrio orçamental.

A Família, que uma política desumana relegara para um sector privado, deveria estar presente nas grandes deliberações do parlamento e dos ministérios.

Em França, o progresso neste sentido começa pròpriamente em 1940 com a criação do Ministério da Família, acentuando-se depois a evolução dos objectivos natalistas para uma política familiar de justiça social, onde a família é reconhecida como elemento constitutivo da nação, e por fim a instituição da corporação familiar.

Em certos aspectos esta promoção é precária, porque a legislação e a moralidade pública, implicam ainda concepções de família, inaceitáveis para os católicos.

A política familiar terá uma dupla finalidade: garantir constitucionalmente os direitos da família nos textos legislativos (que a subtraiam os interesses do lar ao arbítrio do poder executivo e administrativo) e tomar mais eficaz a representação institucional das famílias.

Existe já um sistema de «representação pública» destes interesses, que funciona em dois escalões: a U. N. A. F. (União Nacional das Associações Familiares) e a U. D. A. F. para os Departamentos, agrupando este último organismo, associações familiares de tendências muito diversas.

É através destes organismos que a família está representada junto das administrações em conexão com o Ministério da Saúde Pública (que substituiu o ministério da Família).

Paralelamente será necessário que os juristas continuem a luta para o acordo do direito familiar com as normas do direito natural mormente no que se refere ao divórcio, ao adultério e à autoridade do chefe da família.

Foi impressionante o testemunho autorizado de M. B. de la Gressaye, professor da Faculdade de Direito de Bordéus — : «os princípios do direito, neste domínio, encontram confirmação nos argumentos dos juristas de boa fé . E eis que há trinta anos venho propondo este argumento aos novos licenciados e nunca nenhum deles se revoltou contra esta posição».

Para debelar o divórcio, os juristas, de facto, confessam-se impotentes perante a nulidade dos esforços oficiais, e a complacente resignação dos tribunais nos casos de petição do mesmo.

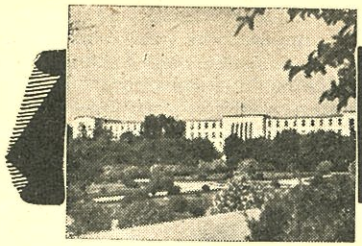
Só um apelo à opinião pública e a confissão nacional dos males provenientes do divórcio, poderá, juntamente com o testemunho dos juristas e bio-psicólogos, modificar um pouco a situação.

Os militantes cristãos, porém, desempenharão o papel mais importante: o de salvaguardar externa e internamente a família, pela criação e difusão duma sã espiritualidade do matrimónio.

Para isto é necessário respeitar o «mistério da família» e ao mesmo tempo as suas dimensões sociais.

Para uma síntese do pensamento e da acção acerca da família, muito contribuiu a semana social de Bordéus. Teve ainda o mérito de apresentar um programa feito de ideias e experiências, que existindo isoladas, se coligiram, com vantagem para a pastoral e sociologia religiosa.

H. V. FRANCO



CRÓNICA

No dia vinte e sete de Setembro foi o regresso. Apesar disso, o movimento na portaria foi insignificante até por volta das seis, hora em que o grosso da comunidade deu oficialmente por terminadas, as insignificantes férias grandes. Dum lado surgiam os que alugaram taxi, enquanto do outro apareciam os que, mais modestamente se limitaram à «boleia» dum catraio para lhes carregar com uma das malas. Às sete e meia, impecável e eclesiàsticamente vestidos, todos estavam já na capela para rezarmos o primeiro terço em conjunto. No refeitório os novos finalistas ocuparam solenes os lugares que lhes competiam, enquanto os tradicionalmente doentes se encaminhavam disfarçadamente para a mesa da dieta.

O dia vinte e oito foi para adaptação dos novos — a quem a propósito damos as boas-vindas, — ao seminário onde pela primeira vez entravam oficialmente, e mesmo dos velhos, a quem as férias enferrujaram os rodízios que fazem andar e desandar a vida do estudante. De todo o dia, o número de maior importância, foi indubitàvelmente a inspecção de vozes perante o Sr. Padre Viçoso, para apurar os novos elementos que irão reforçar o grupo polifónico da casa. Pelas cinco e meia começou o retiro, que iria ser um mergulho em profundidade para o interior de nós mesmos.

No dia três tivemos missa solene de Santa Teresa e encerramento do retiro como de costume, e o primeiro almoço falado depois de quatro dias de silêncio. Da parte da tarde procedeu-se à aquisição dos livros. E no dia quatro, depois da Missa solene do Espírito Santo, principiaram as aulas, mas não houve chamadas.

No dia seis, domingo, teve lugar a abertura oficial do novo ano lectivo, por uma sessão solene a que presidiu Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca. Abriu-a o Senhor Vice-Reitor, falando do Seminário como concretização do sonho de Sua Eminência: — dar à diocese os padres de que ela precisa, muitos e santos por conseguinte. O seminário está feito, mas os padres continuam a ser poucos, terrìvelmente poucos. O Sr. Dr. Lourenço apresentou a seguir a sábia e solene «Oração da Sapiência», que nos deixou a todos convencidos da necessidade que há para o padre de estudar, de estudar sempre. Fundamentando-se rigorosamente no direito canónico, Sua Rev.ª mostrou claramente a todo o auditório, como o estudo é para o padre de todos os tempos e sobretudo dos nossos dias, uma necessidade e um dever. Além disso, este ambiente exigente em que decorreu a sessão, foi artìsticamente aliviado pelo coro polifónico. Sua Eminência encerrou o acto, felicitando o orador e dirigindo a todos nós sinceros votos de que este ano seja muito próspero, para que na diocese de Lisboa se ordenem muitos padres.

Estão já em pujante funcionamento todos os organismos do Seminário. A academia de Santo António, secção de Teologia, teve no dia treze a sua sessão inaugural. O programa foi preenchido por breves palavras do presidente só a dizer que íamos começar, seguindo-se um breve relatório de cada um dos «campos de férias» do nosso último verão. Esta experiência das férias missionárias, por nós feita este ano pela primeira vez, promete sorrir-nos para o futuro. Organizadas pela O. C. E. (obra dos coadjutores espirituais) realizaram-se três: Alhos-Vedros, na península de Setúbal; Olhalvo e Pocariça, no concelho de Alenquer, e uma na

diocese de Aveiro. Além destas realizaram-se ainda o acampamento dos escuteiros, noutro género, mas com o mesmo fim principal, e uma outra, de iniciativa particular, em Salir-do-Porto, perto de Caldas da Rainha. A sessão decorreu com entusiasmo. Começou por falar um dos que trabalharam em Olhalvo. Depois de nos descrever o nível humano e religioso da população, falou-nos das suas qualidades naturais e dos seus grandes defeitos, seguindo-se depois um relatório da obra lá realizada. O Rev.º Manuel Simões falou-nos de Aveiro, onde num meio bastante parecido com o anterior, trabalharam com os mesmos esquemas e os mesmos métodos. O Fernando Guerra, representando os escuteiros, falou-nos de São Gregório e Fanadia, onde, não deixando de parte a vida de campo que todo o bom escuta sabe viver, conseguiram fazer muito apostolado. Falou-nos da população, seus defeitos e virtudes, e do que fizeram e como fizeram, salientando o método dos «fogos-de-concelho», tão peculiarmente escutistas. O João Seabra representou os «independentes» de Salir-do-Porto, focando um aspecto novo: a vida de comunidade que eles conseguiram manter, à base dum «horário rígido», a cuja elaboração presidiu ao princípio de «não se esquecerem que estavam em férias». Por último o Fernando Bello, falou-nos de Alhos-Vedros. O meio é inteiramente diferente dos anteriores e talvez mesmo mais difícil de penetrar. Os problemas de relações entre patrões e operários, são ali muito vivos, e como em todo o lado, muito difíceis de resolver. Procuraram fazê-lo por meio de conferências aos industriais e aos trabalhadores, que nem sempre foram bem recebidos. Acabou-se fazendo votos para o futuro: primeiro que esta ideia dos «campos de férias» progrida e seja acarinhada, pelos seminaristas, para que neles queiram participar e que para eles se preparem; pelos párocos, para que os queiram receber. E o último voto foi de que estas experiências fossem deixadas à livre iniciativa dos alunos. O Sr. Vice-Reitor, que nos deu a honra de presidir à sessão, mostrou-nos, ao encerrá-la, ser com carinho que permite e acompanha estas iniciativas, dando-nos nada mais nada menos que oito perguntas, por cujas respostas nós nos guiaremos ao organizarmos as novas equipas que nas próximas férias irão trabalhar no nosso Patriarcado.

No dia 7, os filósofos tinham-se reunido, não em sessão ordinária, mas simplesmente como encontro para incitamento e elaboração de programas. O Cipriano Imaginário, que este ano dirige aquela secção, incitou a inscreverem-se todos os que este ano vieram pela primeira vez.

O centro missionário de S. João de Brito, este ano dirigido pelo José Miranda Magalhães, começou também já a funcionar com a sessão de abertura no dia onze à noite. A associação de Santo Condestável, a cujos destinos preside o Avelino Barata, abriu já os seus estabelecimentos e a oficina de encadernação está patente ao grande público, tendo começado o seu novo ano de trabalho. E através das avenidas da quinta, as equipas das diferentes especialidades começaram já os seus colóquios sobre assuntos da sua competência. Os de arte, abrindo bem os ouvidos para não deixarem perder uma palavra sequer daqueles, que, de certo modo em nome da equipa, viajaram pela Europa nas férias passadas. Os do cinema, não sei o que farão, mas prevêm-se grandes actividades e belos programas. Os de música sacra também não calculo as surpresas que nos irão fazer, mas pelo menos continuarão a cantar a missa todos os domingos connosco.

Ainda no dia treze, último da Semana de Catequese, efectuou-se na nossa capela a investidura dos catequistas nos cargos que irão desempenhar no novo ano que agora começa. Presidiu à cerimónia Sua Ex.ª o Sr. Cónego Gregório Neves, que em assuntos catequísticos é junto de nós o representante directo de Sua Eminência. As actividades catequísticas não puderam ser iniciadas logo na primeira semana, devido à «gripe asiática». Continuam por nossa conta as catequeses do Bairro da Encarnação, Moscavide, Olivais e Sacavém.

A vida, como se vê, começou já em cheio. Oxalá ela continue durante todo o ano, como nos disse o Senhor Patriarca no encerramento do retiro, «na humildade, na obediência, na piedade».

J. POLICARPO

BIBLIOGRAFIA SOBRE O MATRIMÓNIO

1) DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS:

— «A Igreja e a família» (encíclicas de Leão XIII e Pio XI sobre o matrimónio) Ed. da União Gráfica, Lisboa.
— Discursos de Pio XII, em 29-X-51 e 26-XI-51.
— Discursos de Pio XII aos recém-casados.
— Discursos de Pio XII sobre o parto sem dor, em Janeiro de 1956.
— Enc. «Sacra virginitas» de 25-III-54.

2) TEOLOGIA:

a) *À luz da S. Escritura:*

— R. FLACELIERE, Amour humain, parole divine, Paris, ed. du Seuil, 1947.
— D. ROPS, De l'amour humain dans la Bible, Strasbourg.

b) *Generalidades:*

— S. Th. III, q. 41 e segs.
— A. M. CARRÉ, Compagnons d'éternité, Paris, ed. du Cerf. 1939.
— D. von HILDEBRAND, Le Mariage, Paris, ed. du Cerf. 1947.
— B. LAVAUD, L'idée divine du mariage, Paris, ed. du Cerf.
— J. LECLERCQ, Le mariage chrétien, Tournai, Casterman, 1948 (trad. portug.).
— Études Carmélitaines, Mystique et continence, Desclée de Brouwer, 1952.

Obras em port.:

— J. HOPPENOT, Catecismo do matrimónio, Lisboa, U. G.
— A. VERMMEERSCH, O matrimónio cristão, Lisboa, U. G.

3) VIRGINDADE:

— Pio XII, enc. «Sacra virginitas».
— D. von HILDEBRAND, Pureté et virginité, Paris, Desclée, 1947.
— Th. CAMELOT, Virgines Christi, Paris, ed. du Cerf.
— P. CHANSON, La vocation virginale, Paris, ed. du Cerf.
— J. M. PERRIN, La virginité chrétienne, Desclée de Brower.

4) MORAL:

— A. MARTIN. Le mariage, Rennes, Riou.
— D. ROPS-RIQUET, etc., Le couple chrétien, Paris, ed. Amiot-Dumont.
— P. LORTAL, Morale sociale familiale, Avignon, Aubanel, 1946.
— CL. SERVIÉS, La chair et la grâce, Paris, Spes, 1948.

Obras em port.:

— J. LECLERCQ, O matrimónio cristão, Col. Éfeso.
— G. THIBON, O que Deus uniu, Col. Éfeso.
— A. BRANDÃO, Matrimónio católico, Porto.
— P. DUFOYER, O livro do marido, Coimbra.
— P. DUFOYER, O livro da esposa, Coimbra.
— A. BRUCCULERI, A família cristã, Col. «A doutrina social da Igreja», Porto.

5) ESPIRITUALIDADE:

— Spiritualité de la famille, Coll. «Rencontres», ed. du Cerf, Paris.
— E. BLANCANI, La communauté familiale, Col. «Présences», Plon, 1942.
— Mad. DANIELOU, Visage de la famille, Paris, Bloud et Gay, 1940.
— P. D'HASSONVILLE, Mystique familiale, Paris, Spes.
— R. KOTHEN, Vers une mystique familiale, Louvain, 1945.
— Colecção «Le Coeur et la Croix», Paris, ed. du Cerf.

Obras em port.:

— Th. TOTH, O matrimónio cristão, Porto.
— R. PLUS, Cristo no lar.

6) DIREITO:

— SAVATIER, Le droit, l'amour et la liberté, Paris, 1937.
— ROUAST et BOUR, Adultère, divorce et union libre, Paris, 1945.
— L. PICARD, Divorce et bien publique, Paris, 1945.
— J. LECLERCQ, Leçons de Droit Naturel, t. III (La Famille), Louvain, 1950.
— J. BONSIRVE IV, Le divorce dans la Bible, Paris, Desclée.

Obras em port.:

— L. FRANCA, O divórcio, Lisboa.
— J. DINIS DA FONSECA, Responsabilidades familiares, Lisboa.
— M. DE FIGUEIREDO, A Concordata e o casamento, Lisboa.
— J. CAMPOS NEVES, Bispo de Lamego, Guia prático do processo preliminar civil do casamento canónico conordatário.

7) NATALIDADE:

— R. GUCHTENEERE, A limitação da natalidade, Braga.
— J. PAIVA BOLEO, O problema medico-social do aborto.
— A. KREMPEL, La continemia periódica en el matrimónio, (segundo Knaus, Ogino e Smulders), Barcelona, Herder, 1955.

8) LITURGIA:

— A. CROEGAERT, La liturgie nuptiale, ed. de St. André-les-Bruges.
— P. DONCOEUR, Retours en chrétienté, Paris, ed. de l'Orante.
— P. DONCOEUR, Le rituel de mariage, Paris, ed. de l'Orante.
— Le mariage, Col. «Fêtes et Saisons».

9) PARA A FORMAÇÃO DA MULHER E DA MÃE:

— Leão XIII, Pio XI, Pio XII, «Le problème féminin», Desclée.
— Pio XII, La condition de la femme dans le monde moderne, Paris, Spes, 1947).
— C. YVER, La femme et l'Eglise, Paris, Spes. 1935.
— G. VON LE FORT, La femme éternelle, Paris, Cerf, 1946 (óptimo!).
— P. DONCOEUR, La sainteté de la femme, Paris, L'Orante, 1938.
— Y. GREGOIRE, La maternité, Paris, Alcan, 1938.
— E. MONTIER, La spiritualité de la maternité, Paris.
— F. X. ARNOLD, La femme dans l'Eglise, Paris, 1955.

10) PARA A FORMAÇÃO DO PAI:

— M. CARITÉ, Le père et le foyer, Paris, ed. du Temps Présent.
— J. RUCKHOFF, Paternité, Mulhouse, Salvator, 1939.

11) PROBLEMAS DE PREPARAÇÃO PARA O CASAMENTO

a) *Filosofia e psicologia do amor:*

— J. GUITTON, Essai sur l'amour humain, Paris, Aubier 1948. (Estudo filosófico e psicológico, de perspectiva cristã).
— A. D. SERTILLANGES, L'amour chrétien, Paris, Lecoffre, 1924.
— G. THIBON, Ce que Dieu a uni, Lyon, 1947 (trad. em port.).
— E. ROLLAND, Sexe et psychologie, Paris, 1947.
— P. DUFOYER, L'intimité conjugale, Tournai, Castermann *(para casados)*.

b) *Educação do amor:*

— F. CHARMOT, L'amour humain de l'enfance au mariage, Paris, Spes, 1936.
— ABRAND, Education de la pureté et préparation au mariage, Paris.
— J. HOPPELER, D'ou viennent les petits enfants?, Paris, 195. (Para crianças dos 8 anos aos 12 anos).

c) *Obras em port.:*

— R. PLUS, A caminho do matrimónio, U. G.
— L. COLOMA, À procura de noivo.
— J. MARINHO, Espelho de noivos e sacramentos do matrimónio, id.
— L. CARREIRA, Namoro e casamento, id.
— E. MONTIER, O noivo ideal, id.
— N. SALVANESCHI, Saber amar, ed. Paulistas.
— H. GODIN, Cartas aos noivos, ed. JOC.
— C. BORDET, Descoberta do amor, id.
— J. AZPIAZU, Tu e ela, Col. Critério.
— VIOLLET, Relações entre rapazes e raparigas.
— A. STOCKER, O amor interdito.
— COLECÇÃO, «Problemas de sexualidade» (Porto, T. Martins).
— O problema sexual e o casamento.
— O problema sexual.
— A. DE AZEVEDO PIRES, O problema da castidade.
— Colecção «Perante o casamento» (Acção Católica):
1 — O meu noivo.
2 — O amor.
3 — Condições de felicidade.
4 — Quando a consciência fala.
5 — Quero ser bonita.
6 — A saúde e o amor.
7 — Dois num...
8 — O amor não basta.
9 — O coração e os seus segredos.
10 — A inteligência luz do coração.
11 — O «flirt».
12 — A conquista da vontade.

BIBLIOTECA DE AUTORES CRISTIANOS

(B. A. C.)

VOLUMENES PUBLICADOS EN LATIN:

BIBLIA VULGATA LATINA. 1600 páginas en papel biblia, con profusión de grabados y 4 mapas	80 pts.	tela
	135 »	piel
SUMMA THEOLOGICA S. THOMAE AQUINATIS, cura fratrum eiusdem Ordinis, in quinque volumina divisa	410 »	tela
	635 »	piel
SACRAE THEOLOGIAE SUMMA, por una comisión de profesores de las Facultades de Teología en España de la Compañía de Jesús		
PP. M. Nicolau y J. Salaverri, S. J. Tomo I: Introductio in Theologiam. De Revelatione. De Ecclesia. De S. Scriptura. III edición, 1191 pág.	90 »	tela
	135 »	piel
PP. J. M. Dalmau y J. F. Sagués, S. J. Tomo II: De Deo uno et Trino. D Deo creante et elevante. De peccatis. II edición, 1066 páginas	90 »	tela
	135 »	piel
PP. J. Solano y J. Aldama, S. J. y S. González, S. J. Tomo III: De Verbo Incarnato. Mariología. De Gratia Christi. De virtutibus infusis. II edición, 902 páginas	90 »	tela
	135 »	piel
PP. J. A. Aldama, F. de P. Sola, S. González y J. Sagués, S. J. Tomo IV: De Sacramentis. De novissimis. III edición, 1110 páginas	90 »	tela
	135 »	piel
PHILOSOPHIAE SCHOLASTICAE SUMMA, por una comisión de profesores de las Facultades de Filosofía en España de la Compañía de Jesús.		
PP. L. Salcedo y J. Iturrioz, S. J. Tomo I: Introductio in Philosophiam. Logica. Critica Metaphysica generalis. 895 páginas	95 »	tela
	140 »	piel
PP. J. Hellín y F. M. Palmés, S. J. Tomo II: Cosmologia. Psycologia. 865 páginas	85 »	tela
	130 »	piel
PP. J. Hellín e I. Gonzalez, S. J. Tomo III: Theodicea. Ethica. 924 páginas	90 »	tela
	135 »	piel
THEOLOGIAE MORALIS SUMMA, por los PP. F. Regatillo y M. Zalba, S. J. Tomo I: Theologia Moralis Fundamentalis. Tractatus de Virtutibus Theologicis. 992 páginas.	120 »	tela
	165 »	piel
Tomo II: Theologia Moralis Specialis: De mandatis Dei et Ecclesiae. 982 páginas	120 »	tela
	165 »	piel
Tomo III: Theologia Moralis Specialis: De sacramentis. De delictis et poenis. 1.000 páginas.	120 »	tela
	165 »	piel
CURSUS PHILOSOPHICUS, por una comisión de profesores de las Facultades de Filosofía en España de la Compañía de Jesús	65 »	tela
P. J. Hellín, S. J. Tomo V: Theologia Naturalis. 950 páginas	110 »	piel

VOLUMENES PUBLICADOS EN EDICION BILINGUE (LATIN-CASTELLANO O GRIEGO-CASTELLANO):

Catecismo Romano de San Pío V
Obras de San Buenaventura
Padres Apostólicos
Textos Eucarísticos primitivos
Suma Teológica de S. Tomás de Aquino
Obras completas de San Anselmo
Suma contra los Gentiles, de S. Tomás de Aquino
Obras de San Agustín
Actas de los Mártires
Obras completas de Aurelio Prudencio
Teología de San José
Código de Derecho Canónico y legislación complementaria
Padres Apologistas Griegos
Obras de San Juan Crisóstomo

Dirija sus pedidos a LA EDITORIAL CATOLICA, S. A. (Departamento de Extranjero), Alfonso XI, n.º 4. Madrid (España)

União Gráfica

S. A. R. L.

Sede: Rua de Santa Marta, 48

LISBOA

Livraria — As últimas novidades literárias.

Tipografia — Execução perfeita de todos os trabalhos tipográficos.

Editorial — Numerosas obras de grande interesse. Editora dos apreciados romances de *Nuno de Montemor*.

Objectos religiosos—O maior sortido, aos mais baixos preços.

Paramentaria—Confecção de paramentos que se impõem pela sua qualidade e esmerado acabamento.

Proprietária do diário *Novidades*, da revista de actualidades *Flama*, do semanário *A Guarda* e da publicação bi-mestral *Selecção Documental*.

Missal Romano

Para todos os dias do ano, com sacramentário e devocionário em papel bíblia contendo 1250 páginas.

Preços:

Encadernação em percalina — 40$00
« « pergamóide 60$00
chagrin c/ folhas douradas — 110$00

Pequeno Missal

Para domingos e festas, com sacramentário e devocionário.

Preço:

Encad. em muito boa percalina — 20$00

Novo Testamento

Traduzido do grego e anotado pelo Cónego Dr. José Falcão — 40$00

Pedidos à União de São João

Gráfica de Gouveia L.da - GOUVEIA



Se não vê...

Se não vê bem será bom consultar um especialista. Depois... depois venha à nossa casa onde encontrará as melhores lentes e armações.

ALTA qualidade a baixos PREÇOS

HOROPTICA, LDA

OCULISTA

Rua de Santa Justa, 7 — LISBOA

Economize...



STUDIO TOM B-1

adquirindo para o seu lar uma instalação de GAZCIDLA, o moderno combustível que lhe proporciona, a baixo preço, energia, iluminação, aquecimento, banho e refrigeração.

O GAZCIDLA, pelas suas notáveis qualidades, contribui eficazmente para a felicidade do lar português.



GAZCIDLA

VENDAS A PRONTO E A PRESTAÇÕES DE CALORÍFEROS
FOGÕES, ESQUENTADORES, ETC. • EM TODAS AS AGÊNCIAS DO PAÍS

«Exortamo-Vos também, Veneráveis Irmãos, a cuidar de promover o canto religioso popular e a sua cuidadosa execução, feita com a conveniente dignidade, pois estimula e inflama a fé e a piedade das multidões cristãs.

Suba ao céu o canto uníssono e majestoso do nosso povo como o fragor das ondas do mar, expressão ardente e vibrante de um só coração e uma só alma, como convém a irmãos, filhos do mesmo Pai».

(Enc. *Mediator Dei*)

REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI — «OLIVAIS»